

WILSON DIAS DA SILVA

**O INSTITUTO D. ESCOLÁSTICA ROSA:  
A GESTÃO DE PEDRO CRESCENTI  
(1934 A 1945)**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Educação apresentada ao Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Aparecida Franco Pereira.

**SANTOS**

2010

Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS

*SiBiU*

---

Silva, Wilson Dias da

S586g            A gestão de Pedro Crescenti no período Getulista (1934 a 1945) / Wilson  
Dias da Silva – Santos: [s.n.] 2010.

105 f.; 30 cm (Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Santos, Programa  
em Educação)

I. Silva, Wilson Dias da. II. Título.

CDU – 37(043.3)

---

WILSON DIAS DA SILVA

**O INSTITUTO D. ESCOLÁSTICA ROSA:  
A GESTÃO DE PEDRO CRESCENTI  
(1934 A 1945)**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Educação apresentada ao Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Franco Pereira.

**Data de aprovação 28 / 06 / 2010.**

**Banca Examinadora:**

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Luiz Carlos Barreira, FAPESP

\_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Franco Pereira, UNISANTOS

\_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Wilma Therezinha Fernandes Andrade, UNISANTOS

\_\_\_\_\_

**SANTOS**

2010

## RESUMO

SILVA, Wilson Dias da Silva. **O Instituto D. Escolástica Rosa: a gestão de Pedro Crescenti (1934 - 1945)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos.

O objetivo dessa dissertação é conhecer a história do Instituto D. Escolástica Rosa na gestão de Pedro Crescenti, levando em consideração sua característica de administrar a escola à luz da legislação do período getulista. Essa instituição de ensino profissionalizante que pertence à Irmandade da S. Casa de Misericórdia de Santos, SP, fundada em 1908 para atender crianças pobres. Em 1933, com o nome de Escola Profissional Secundaria Mista, inicia a gestão compartilhada com o governo do Estado. O balizamento histórico é o de 1934 (período em que o professor Pedro Crescenti começa a dirigir o estabelecimento). Embora seja diretor até 1954, o balizamento final é quando termina o 1º governo de Getúlio Vargas. O referencial teórico são as categorias de cultura escolar de Dominique Julia (2001). E as orientações impostas pela legislação escolar. Após o levantamento bibliográfico, buscaram-se as fontes documentais em vários arquivos, entre eles o da Santa Casa de Misericórdia de Santos e da escola. A pesquisa tem dados sobre o início do Instituto, a origem social dos alunos, principais cursos desenvolvidos, entre eles, o de Corte e Costura e estando a atuação do diretor. Neste estudo, emergiu as características de ação de Pedro Crescenti na direção da escola.

PALAVRAS-CHAVE:

Ensino Profissional – Instituto D. Escolástica Rosa – História das Instituições

## **ABSTRACT**

The objective of this dissertation is to know the history of the Institute D. Scholastic Rosa in the management of Peter Crescenti, considering its characteristic of administering the school according to the legislation of the Vargas period. This institution of vocational education which belongs to the Brotherhood of St Casa de Misericordia de Santos, SP, founded in 1908 to serve poor children. In 1933, under the name of Secondary Joint Vocational School, starts the shared management with the state government. The beacon is the history of 1934 (the period in which Professor Peter Crescenti starts driving the establishment). Although director until 1954, marking the end when it ends is the 1st government of Getulio Vargas. The theoretical framework are the categories of school culture in Dominique Julia (2001). And the guidelines imposed by the law school. Following the literature, sought to documentary sources in multiple files, among them the Santa Casa de Misericordia de Santos and the school. The survey has data on the opening of the Institute, the social background of students, main courses developed among them, the Sewing and being the acting director. In this study, the characteristics of action emerged from Peter Crescenti toward the school.

### **KEYWORDS:**

Professional Education – Institute D. Scholastic Rosa – History of Institutions

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço a Deus, por ter me dado forças nos momentos mais difíceis.*

*À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pelo apoio por meio da Bolsa Mestrado que possibilitou a realização deste trabalho.*

*Aos meus pais, Horácio e Lia, por toda dificuldade que tiveram para nos educar.*

*Aos meus irmãos.*

*À minha orientadora Maria Aparecida Franco Pereira, uma das responsáveis pela pesquisa. Muito Obrigado!!!*

*À Família Crescenti, pela colaboração na pesquisa*

*À Ana Lúcia da UniSantos, obrigado por tudo.*

*À Rita da D. E de São Vicente, pela paciência.*

*Aos professores e meus colegas do Mestrado – especialmente Fátima, Ana Maria, Paloma, César, Rafael, Léo – e do Liame.*

*Um super agradecimento à Djanira, pela ajuda ao longo desses 2 anos e meio.*

*À equipe gestora da E.E. Deputado Rubens Paiva.*

*Um salve especial a André de Araújo, pelo incentivo.*

*Às Aspirinas e ultimamente Sonridor Café.*

*A todos nosso sincero “muito obrigado”.*

*Dedico este trabalho à minha mãe.*

WILSON DIAS DA SILVA

**O INSTITUTO D. ESCOLÁSTICA ROSA:  
A GESTÃO DE PEDRO CRESCENTI  
(1934 A 1945)**

**SANTOS**

2010



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>O Instituto D. Escolástica Rosa: a idealização de uma escola profissional em Santos.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>Pedro Crescenti, diretor da escola profissional secundária mixta D. Escolástica Rosa:</b>	
<b>1. Trajetória profissional.....</b>	<b>33</b>
<b>2. Aspectos gerais de sua administração.....</b>	<b>40</b>
<b>3. Os cursos.....</b>	<b>50</b>
<b>4. A educação feminina: o curso de corte e costura.....</b>	<b>54</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>A ANÁLISE DAS NORMAS E DAS FINALIDADES QUE REGEM A ESCOLA A PARTIR DA LEGISLAÇÃO OFICIAL:</b>	
<b>1. As implicações do Código de Educação de 1933 no Ensino Profissional.....</b>	<b>64</b>
<b>2. Escola Profissional Secundária Mixta D. Escolástica Rosa: entre os decretos e a prática.....</b>	<b>71</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICES</b>	
<b>I - Cursos oferecidos entre 1935 a 1945.....</b>	<b>80</b>
<b>II - Estatística do curso de Corte e Costura.....</b>	<b>87</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>94</b>

## ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

### TABELAS

1. Curso geral e obrigatório, 1934.....	50
2. Curso Técnico, 1934.....	50
3. Concluintes do curso de Corte e Costura, 1934-1945.....	60
4. Número de anos do curso diurno de Corte e Costura, 1934 – 1945.....	61
5. Número de anos do curso noturno de Corte e Costura, 1934 – 1945.....	62
6. Relação de funcionários estrangeiros, 1939.....	75

### GRÁFICOS

1. Nacionalidade dos alunos.....	51
2. Nacionalidade dos pais.....	52
3. Cor dos alunos.....	52
4. Profissão do pai.....	53
5. Profissão da mãe.....	53
6. Faixa etária do curso de Corte e Costura.....	63

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

01. Canais de Santos.....	19
02. Monumento dedicado a João Octávio dos Santos no pátio do Instituto D. Escolástica Rosa.....	21
03. Os dois primeiros diretores do Instituto D. Escolástica Rosa.....	25
04. Vista externa do prédio do Museu de Pesca.....	29
05. Família Crescenti, 1939.....	35
06. Família Crescenti em Ribeirão Preto, 1932.....	38
07. Escola Industrial ou Escola Profissional José Martiniano da Silva, 1924.....	39
08. Sala de aula da Escola Profissional José Martiniano da Silva, 1924.....	40
09. Pedro Crescenti e alunos do Instituto D. Escolástica Rosa, década de 30.....	41
10. Pedro Crescenti e as alunas do curso de Corte e Costura, década de 30.....	54
11. Quadro comparativo de vencimentos.....	73

## INTRODUÇÃO

A existência histórica do Instituto D. Escolástica Rosa é longa, desde a sua fundação em 1908, sob a direção da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, até os dias de hoje, passando pela data de 1933, quando perde as suas características iniciais e passa ser administrada compartilhadamente pelo Estado.

A motivação para pesquisar a história do Instituto Escolástica Rosa está relacionada com a minha experiência no estudo da História das Instituições, na elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de História e também como integrante do LIAME – Laboratório da Informação, Arquivo e Memória da Educação<sup>1</sup>, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida Franco Pereira.

O Instituto D. Escolástica Rosa é uma instituição de ensino profissional, de grande destaque na cidade de Santos, que tem formado profissionais para o mercado de trabalho da região e prestado serviços para o desenvolvimento de vários setores da cidade, entre eles, o portuário, o gráfico e de corte e costura.

---

<sup>1</sup> Tomando a região metropolitana da Baixada Santista como objeto de estudo, seus objetivos incluem a coleta, classificação, ordenamento e arquivamento de materiais e informações sobre a cultura escolar, suas instituições e seus sujeitos, visando a preservação deste patrimônio e a divulgação desta memória.

Existem alguns estudos sobre o Instituto:

Um trabalho de conclusão de curso, na área do Serviço Social (BETHOULD, 1984), apresentando argumentos que corroboram a necessidade de uma Assistente Social naquela escola;

Uma dissertação de mestrado em História (GOMES, 2001), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que pesquisou a história da Instituição (1934-1942), tendo em vista a formação dos trabalhadores em Santos para atender os interesses da elite burguesa;

Duas dissertações de mestrado em Educação (COSTA, 2008) e (FERNANDES, 2008), na Universidade Católica de Santos. A primeira investiga os motivos que levaram um grupo de alunos afro-brasileiros a escolher a educação profissional e técnica e entender suas expectativas com relação ao mercado de trabalho. Já a segunda, faz um estudo com jovens do curso de nutrição e dietética e sua saída da escola para o mercado de trabalho.

Entretanto, não há um estudo mais detalhado dessa Instituição no período do início da gestão compartilhada com o governo do Estado, quando foi diretor, Pedro Crescenti em seus vinte anos à frente do Instituto Dona Escolástica Rosa.

Na análise desta pesquisa, serão utilizadas as categorias da cultura escolar no conceito de Dominique Julia (2001), “entendida como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades [...]”, segundo as orientações impostas pela legislação escolar.

São importantes também os estudos de Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho (2004), que nos apresentam produções em torno da cultura escolar e as inúmeras problemáticas que são necessárias para a continuidade de novas descobertas no “silencioso” cotidiano escolar que permeiam o campo da História da Educação.

Os estudos de Luiz Antônio Cunha (2000) e Carmen Sylvia Vidigal Moraes (2003) nos desvendam e ao mesmo tempo contribuem para alicerçar o entendimento sobre a gênese do ensino profissional que comitantemente estivera ligado aos inúmeros interesses daqueles que ditam o sistema político e regem as regras econômicas no país e suas implicações para a problemática da educação e trabalho no Brasil.

O estudo de Carmem Sylvia Vidigal Moraes, que analisou a problemática da constituição da força de trabalho livre e o ajustamento à ordem social capitalista, compreendendo o período inicial da industrialização até 1934.

Nesta dissertação, elegeu-se aprofundar o conhecimento do Instituto D. Escolástica Rosa, na gestão de Pedro Crescenti. O balizamento histórico é o de 1934 a 1945, período em que ele começa a dirigir o estabelecimento, quando transferido da Escola Profissional de Ribeirão Preto, na qual adquiriu uma vasta experiência na função, conferindo-lhe credenciais para o importante cargo e, juntamente com sua família, reside no prédio da escola, segundo uma das condições citada no testamento de João Octávio dos Santos. Embora, o professor Crescenti seja diretor até 1954, escolheu-se 1945, o fim do período do 1º governo de Getúlio Vargas.

Nas palavras de Rosa Fátima de Souza (1997 p. 75), aplicadas a outro ciclo de ensino “na visão organicista em voga na época, o diretor era o cabeça, elemento fundamental para a organização da escola graduada. A importância do diretor para uma boa organização do grupo escolar prevaleceu por muito tempo”.

O trabalho teve como objetivo principal conhecer a história da instituição, na gestão de Pedro Crescenti, levando em consideração sua característica pessoal na forma de administrar a escola à luz da legislação do Estado Novo. Entre os cursos da escola destacou-se o curso de Corte e Costura para a seção feminina.

Após um levantamento inicial, para fundamentar o desenvolvimento deste estudo buscaram-se as fontes do arquivo da E.T.E.C. Dona Escolástica Rosa, onde se encontra uma relevante massa documental já organizada, e onde foram localizadas outras fontes (como ofícios, relatórios etc.), relacionadas à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, mantenedora dessa instituição escolar.

Entre as fontes analisadas, destacou-se a obra escrita por Júlio Conceição. Como testamenteiro do idealizador do Instituto D. Escolástica Rosa, também responsável pela construção do edifício, produziu um livro descrevendo o projeto da escola e dando a relação todos os imóveis de João Otávio dos Santos e deixados à Santa Casa de Misericórdia de Santos para a manutenção da obra educacional.

As fontes utilizadas nesta pesquisa são, sobretudo, os documentos “oficiais” escritos, atas, relatórios e correspondências emitidas pela escola, as enviadas Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Santos; Superintendência do Ensino Profissional e Doméstica; outras Escolas Profissionais; Cia. Docas de Santos, Prefeitura Municipal e demais instituições públicas e privadas. Para o reconhecimento dos nomes dos alunos foram importantes o Livro de Estatísticas do Ensino Secundário, Profissional e Superior do Estado de São Paulo (formulários de 1935 a 1946, Santos, onde se localizou alunas do curso de Corte e Costura) e o Livro Secretaria Acadêmica, lista de alunos antigos (1941 à

1952). A maior parte dos documentos encontra-se no acervo da escola, mas também em outros locais, como o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Santos; e algum material de arquivo pessoal de ex-integrantes da escola e de familiares de Pedro Crescenti. Para o conhecimento da vida profissional anterior à chegada ao Instituto D. Escolástica foi importante o Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

A legislação oficial subsidiou todo o trabalho de gestão. Destaque para: 1º) Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933, Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo; 2º) Decreto n. 6.222, de 18 de dezembro de 1933, Cria a Escola Profissional Secundária Mixta D. Escolástica Rosa; 3º) Decreto 7.317, de 5 julho de 1935, Convênio firmado entre a Companhia Docas e o Estado para a criação dos cursos: Carpintaria Naval e Mecânica Naval. 4º) Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938, Lei de Nacionalização.

Localizado na Hemeroteca Municipal de Santos “Roldão Mendes Rosa”, outro material importante, a “A Tribuna” de Santos, periódico de maior circulação da região naquele momento e um espaço para o debate em torno dos acontecimentos da cidade. Aí se registram os inúmeros discursos das autoridades que participam da construção dessa história.

O material iconográfico não se encontra organizado e identificado. Entretanto, os acervos da família Crescenti e da Santa Casa mostram a realidade e confirmam aspectos do discurso.

As fontes orais contribuem para preciosas reflexões, principalmente o da família Crescenti. Não se teve acesso aluno ou professor e funcionário, a não ser do Sr. Mair Pereira Leite, com 92 anos, que foi aluno da primeira turma de 1934.

A dissertação está dividida em quatro capítulos:

No primeiro capítulo buscaram-se alguns fatos que modificaram a cidade de Santos no final do século XIX e início do século XX, inseridos no contexto vivido por João Octávio dos Santos. Dessa forma pode-se perceber quais as circunstâncias que o idealizador do Instituto D. Escolástica Rosa enfrentou. E as interferências sofridas por essa Instituição na divisão de responsabilidades administrativas com o governo do Estado de São Paulo que culminou em sua gestão compartilhada.

No segundo capítulo, há o resgate da trajetória profissional do diretor Pedro Crescenti desde a sua cidade natal, Descalvado, no interior paulista até a Escola Profissional de Ribeirão Preto, quando definitivamente é transferido para Santos. As fontes examinadas trazem à tona as resistências impostas pelos antigos funcionários e alunos ao novo gestor, demonstrando o longo caminho percorrido por ele para conseguir

reconhecimento na sua forma de atuar.

Dentre os cursos, destaque para o curso de corte e costura que revela perfil de alunas que passam a freqüentar a escola.

E finalmente no terceiro capítulo buscou-se o entendimento de algumas leis que editadas no 1º governo getulista e que tiveram interferência na administração de Pedro Crescenti.



## **CAPÍTULO I**

### **O Instituto D. Escolástica Rosa: a idealização de uma escola profissional em Santos**

O momento vivido por João Octavio dos Santos, quando idealizou o Instituto D. Escolástica Rosa está ligado a acontecimentos que marcaram a vida de Santos na segunda metade do século XIX.

A história da cidade santista está repleta de episódios que demonstram seu pioneirismo nos movimentos de vanguarda: a causa abolicionista, que culminou com a antecipação da libertação dos escravos em 1886; a propaganda antimonárquica e republicana ganhou força “nos comícios da praça pública e nas conferências faladas ou escritas”, onde seus adeptos se “sobressaíam, pelos seus reconhecidos dons oratórios e palavras convincentes e arrebatadoras”, dentre eles citam-se “as figuras de Martim Francisco e Silva Jardim” (MATTOS JUNIOR, 1939), entre outros nomes importantes da história santista.

Santos, como elucida Carvalho (1942 apud MELLO, 2008, p. 16):

Não apresentava no seu conjunto o esplendor de outras cidades coloniais brasileiras; a maioria de suas edificações eram sóbrias e sem nenhum tipo de luxo. Suas ruas eram abertas acompanhando a topografia do território, daí seu traçado irregular, na maioria estreitas, mal niveladas e sem sarjetas para o escoamento das águas pluviais, o que causava constantes inundações.

O seu porto, na primeira metade do século XIX, era aparelhado para atender as demandas do açúcar. A relação da cidade com o porto e a sua transformação só ganharão aspectos significativos com a entrada na rota do café. “[...] Em 1851, Santos tornou-se o porto do café, pois a exportação cafeeira suplantou a do açúcar e manteve crescimento constante” (ANDRADE, 1995, p. 89)

O café transformou a política nacional, onde São Paulo ocupava um lugar de destaque no país e também em Santos onde o porto desempenhava a enorme tarefa de ser “porta de entrada e de saída” das nossas riquezas.

A demanda do café gerou a construção da malha ferroviária para um rápido escoamento desse produto e esse processo acarretou a criação de rede de serviços ligadas ao comércio exterior, que por sua vez obrigou a expansão do porto para atender a essa exigência logística. Entre 1856 e 1859 já se obtêm os primeiros dados estatísticos para a implantação da malha ferroviária que ligará Santos ao planalto paulista.

Em 1859, um grupo inglês liderado pela Casa Bancária Rostchild, após negociações com o Barão de Mauá, iniciou a construção da São Paulo Railway, com adoção do sistema folicular no trecho da Serra. Terminada oito anos depois, a ferrovia que ligou Santos a Jundiaí passando por São Paulo, foi inaugurada em 16 de fevereiro de 1867. (MELLO, 2008,).

É nesse contexto que surgirá um novo perfil de habitantes e de novas ocupações na cidade. A chegada de imigrantes para o interior de São Paulo, sobretudo, no Oeste Velho Paulista (Campinas e Ribeirão Preto), teve um papel diferente daquele relegado aos escravos durante muitos anos (PEREIRA, 1996, p. 19).

Como afirma Andrade (1995, p. 92) “a hegemonia do café coincide com o início da fase das epidemias. Café, negócio e prosperidade: melhoria de nível de vida; epidemias associadas a prejuízo; sofrimento e morte”. A cidade não proporcionava condições de saneamento, moradia e educação para o aumento demográfico a que o município foi submetido.

Vinham europeus com destino à lavoura cafeeira paulista. Alguns destes imigrantes deixavam ou fugiam das fazendas de café e retornavam a Santos. [ ] Com a chegada de forasteiros, houve carência de moradias. Casas, onde antes morava uma família, foram subdivididas e passaram a abrigar várias outras. [ ] A procura por melhores condições de vida acabou levando muitos forasteiros a enfrentarem dificuldades de toda ordem [...]. (VIEIRA, 2006, p. 32).

A partir do momento que a situação ia se agravando no centro, aqueles que possuíam condições financeiras favoráveis passavam a se instalar nas áreas, da Avenida Conselheiro Nébias e Avenida Ana Costa no bairro Vila Nova, próximos à praia. A configuração dos sobrados em cortiços localizados no centro será um retrato disso. Quem podia pagar por melhores condições de moradia se afastava das doenças, quem não podia contava apenas com a sorte.

Segundo os estudos feitos por Lana (1998, p. 74):

Nesta cidade, os padrões de habitação das classes trabalhadoras podiam ser definidos mais ou menos da seguinte maneira: cômodos onde dormiam, construídos com tábuas e telhados de zinco nos quintais das casas ou sublocação de quartos e porões. A inexistência de banheiros, ou mesmo latrinas era um constante. Os dejetos eram jogados nesses mesmos quintais ou em terrenos baldios fronteiros às habitações.

A cidade possuía 13.012 habitantes em 1890; veio a ter 50.389 habitantes em 1900. (MELLO, 2008). A inexistência de saneamento, sobretudo, na área portuária, dava a Santos o estigma de “Porto Maldito”, o que dificultava o crescimento da cidade.

Uma das conseqüências desses problemas será o aumento do número de crianças que não recebiam atendimento suficiente das autoridades, agravando a situação dos problemas sociais na cidade.

Muitas pessoas pobres, entre elas imigrantes, acabaram vítimas desta moléstia. Crianças, cujos pais estavam internados ou haviam falecido, ficaram entregues à sua própria sorte. Mães, cujos maridos haviam morrido, deixando-as com vários filhos, não tinham como sustentá-los. Pais trabalhadores, tendo morrido a esposa, viram-se sem saber o que fazer para cuidar dos filhos e continuarem a manter a casa. (VIEIRA, p. 34).

Somente em 1903, depois de muitos pedidos feitos em anos anteriores pelo presidente da Câmara, Julio Conceição, é que serão realizados investimentos nos serviços de esgotos feitos pelo então chefe da comissão de saneamento do Estado, o engenheiro José Pereira Rebouças e posteriormente completada pela monumental obra da engenharia, que foi a canalização dos riachos, elaborada por Saturnino de Brito, engenheiro sanitarista.



**FOTO 1 - Canais de Santos, Rua Rangel Pestana. Foto de José Marques Pereira**  
Disponível em: [www.novomilenio.inf.br/santos/fotos071.htm](http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos071.htm).

Como explica Andrade (1995, p. 93):

Basicamente, consistia em dois sistemas: um de esgoto e outro de galerias pluviais para recolhimento das águas da chuva. Um conjunto de nove canais de drenagem superficial cortava a parte santista da Ilha de São Vicente. Apesar de receber comportas, os canais de drenagem eram ligados de modo a receberem as águas do mar, através da força das marés, impedindo que águas paradas favorecessem a reprodução dos mosquitos transmissores da febre amarela.

A modernização da cidade santista visava amenizar, substancialmente, os problemas de mortandade, gerada pelas epidemias que assolavam Santos naquele período. Contudo, outras decisões foram tomadas, no sentido de tratar do problema do menor abandonado. Como descreve Marcílio (1998, p. 202):

[...] nas províncias, multiplicou-se a intervenção do poder regional, para se criarem instituições de assistência aos pequenos abandonados, dar-lhes um esboço de racionalidade (dos espaços físicos, das normas, da disciplina e dos programas) e introduzir o ensino profissionalizante, preparando os educandos para uma atuação ordeira e produtiva na sociedade.

Esse era o panorama em que João Octávio dos Santos (1830-1900), presenciava. Nascido em Santos, filho natural de D. Escolástica Rosa de Oliveira, ex-escrava que trabalhava na casa de João Octávio Nébias, seu padrinho e mentor intelectual. O Conselheiro Nébias propiciou, ao futuro idealizador do Instituto, boa educação. Entretanto, tudo indica que sua força de vontade foi fator preponderante para que se tornasse em pouco tempo organizador de escritas no comércio local. Já aos 18 anos ampliara os horizontes no ramo de compra e venda de gêneros alimentícios: os produtos que eram vendidos somente na região, logo passaram a ser enviados para o exterior. Sua experiência do início aliada à sua perspicácia fizeram dele uma das pessoas bem relacionadas e sucedidas de Santos. João Octávio foi além, passou a investir também no setor bancário e imobiliário. Assim, como se tornou um homem rico, foi também muito participativo nas obras de benemerência da cidade, “despendendo também apreciáveis quantias para libertação de cativos”. (SANTOS, 1937, v. 2, p.9).



**FOTO 2 - Monumento dedicado a João Octávio dos Santos no pátio do Instituto D. Escolástica Rosa – Fonte: Arquivo da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos.**

Na Santa Casa de Misericórdia de Santos, foi Provedor nos períodos de 1875 a 1878 e de 1883 a 1886. Militou na política participando da legislatura municipal desde 1866; no período quando assumiu a presidência da Câmara em 1886 pelo Partido Liberal, mas com o advento da República se afastou do jogo político.

Como analisa Moraes (2003 p. 71):

Na esfera educacional, pela importância à atribuída no ideário da República, fazia-se fundamental a iniciativa particular ali marcar sua presença e, se possível, de forma predominante. No fim do século XIX, os republicanos não foram os únicos a trabalhar pela causa educacional. Ao contrário, também o fizeram os partidários do governo imperial [...] No Entanto, na Província de São Paulo, de 1875 a 1889, são os republicanos que mais desenvolvem a mais intensa atuação.

Dez anos após, a doença já abatia João Octávio dos Santos. Solteiro, não possuía descendentes e ascendentes. Solicitou a presença de seu compadre, o político e comissário de café Julio Conceição, pessoa de sua confiança, para ser seu testamenteiro e ficar responsável por colocar em prática seu último e importante desejo: fundar uma instituição para menores carentes e que fosse batizada com o nome de sua genitora, falecida em 1858 – o Instituto Dona Escolástica Rosa –.

Para Moraes (2003, p. 72), “é importante frisar o aparecimento, nesse momento, das primeiras associações beneméritas organizadas por particulares para manter escolas sem visar lucro”.

Experiências bem sucedidas, como a criação em 1872 da Sociedade Propagadora de Instrução Popular e que mais tarde se chamará Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, não atraíam João Octávio, pois o objetivo dessa instituição “era a formação de mão-de-obra qualificada, para atender as crescentes necessidades da Província” (LICEU, 2004, p. 26).

João Octávio dos Santos (1899, p.1) idealiza em seu testamento um instituto destinado à educação intelectual e profissional de meninos pobres, semelhante ao Instituto D. Anna Rosa, existente na capital.

Os estudos feitos por Moraes (2003 p. 77-79) sobre o Instituto D. Anna Rosa em São Paulo permitem observar as semelhanças entre as duas instituições, tanto na organização, como na forma de obter recursos para o empreendimento:

Criada, em 1875 a Sociedade Protetora da Infância Desvalida, que de acordo com seus estatutos, tinha por fim a educação de meninos desvalidos, consistindo esta na instrução primária, compreendendo a religiosa e moral; em princípios elementares das ciências que os habilitem para exercerem utilmente e ofícios especialmente da agricultura. Os estatutos também abriam a possibilidade de o estabelecimento vir a receber meninas desvalidas assim que convenientemente possível. [...] estes deveriam ter entre 7 e 14 anos, apresentar saúde satisfatória, não trazer ‘aleijão’ que “inabilite a qualquer trabalho, e ser vacinado [...] O regime era de internato fornecendo aos meninos desvalidos, além de instrução gratuita, ‘casa, alimento, médico e botica, roupa para uso diário e uniforme, mestres, ferramentas de ofícios, livros e todo o necessário [...] O trabalho nas oficinas era organizado de forma que os alunos produzissem para as necessidades internas do estabelecimento e para encomendas de fora. Sempre começavam

freqüentando a oficina de alfaiataria, de modo, a contribuir para os trabalhos da casa, e só mais tarde, ‘a idade e a vocação’ os levaria a escolher, outro ofício. Os trabalhos manufaturados eram anualmente, expostos ao público e vendidos, e, a partir de certa época, a imprensa publicava inúmeros anúncios sobre as mercadorias à venda no instituto. O dinheiro arrecadado era dirigido para a reposição de gastos e, em parte, para a formação de um pecúlio para os órfãos.

A maioria dos bens de João Octávio foram doados a instituições de caridade e religiosas, para parentes e pessoas próximas. Uma parte considerável de seu legado foi destinada à construção do prédio e da escola. João Octávio (1899, p.1-3) acreditava que com os bens deixados seriam suficientes para a sobrevivência do Instituto sem depender de ninguém.

Este instituto será erecto na minha actual residência no Ramal da Ponta da Praia ou onde melhor possa convir [...] é minha expressa vontade legar, como lego, à Santa Casa de Misericórdia desta cidade todos os bens, direitos e acções constitutivos do meu património para serem especialmente applicados á erecção do Instituto D. Escolastica Rosa, que ora deixo creado, sua decente instalação, seu custeio e sua manutenção.

As divergências entre Julio Conceição e o Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos – testamenteiro e mantenedora respectivamente – não tardaram a acontecer. O motivo era o local para a construção do Instituto. O primeiro defendia a compra e adaptações no Hotel Internacional, localizado no bairro do José Menino, enquanto a Santa Casa pretendia fazer jus à primeira opção sugerida no próprio testamento de João Octávio, isto é, na sua chácara da Ponta Praia. Depois de muitos debates, inclusive na imprensa, ficou atendido o ponto de vista do Provedor da Santa Casa.

A localização do Instituto D. Escolástica Rosa ia ao encontro do estabelecido pelos legisladores, ou seja, a escola próxima do local de atendimento da demanda, a Ponta da Praia e o porto de Santos.

A construção do prédio ficou a cargo do escritório do Dr. Ramos de Azevedo, contratado por Julio Conceição. De acordo com Monteiro e Grossi (1998 apud GOMES, 2001, p. 33):

Originalmente a escola compunha-se por seis pavilhões independentes, em dois pavimentos cada, interligados apenas no pavimento térreo



através de passadiços cobertos. Na parte central situavam-se dois blocos, o da frente ocupado pela administração e auditórios e o posterior pela enfermaria e serviços. Nos outros quatro pavilhões das extremidades funcionavam as oficinas de ensino no pavimento térreo e os dormitórios no andar superior.

A preocupação com questões sanitárias, que tanto estigmatizaram a cidade no final do século XIX, foi examinada com muito cuidado. Os pavimentos deveriam propiciar circulação do ar de modo a tornar a permanência tanto em sala de aula, como dos setores administrativos ou até mesmo nas oficinas, menos desgastantes.

Infelizmente João Octávio não viu sua obra edificada.

O Instituto D. Escolástica Rosa foi fundado em 1º de janeiro de 1908. Essa escola estava dentro do viés de modernização pelo qual o país passava em decorrência do fluxo da riqueza do ouro verde e do início da industrialização. Nada mais conveniente que a criação de escolas profissionais para atender a demanda exigida.

O Escolástica Rosa teve como seu diretor o Dr. Francisco Xavier Moretz-Sohn, já juiz de direito aposentado. O Dr. Moretz-Sohn tinha longa experiência no ensino: diretor do Colégio Culto à Sciencia de Campinas (1874-1878) e fundador do antigo e tradicional Colégio Moretz-Sohn, de São Paulo.

Entretanto, faleceu dois anos depois, em 24 de junho de 1910, sendo substituído por Artur Porchat de Assis, ex-promotor público, professor do Liceu Feminino Santista e membro de tradicional família da cidade.

Em seu testamento João Octávio deixara claro que a administração interna “[...] será exercida por um diretor que residirá no próprio instituto, com sua família, de nomeação do Provedor da Santa Casa de Misericórdia desta cidade” (TESTAMENTO, 1899, p. 1).



**FOTO 3- Os dois primeiros diretores - Fonte: Indicador Santense 1912.**

Examinando o Regulamento Interno elaborado por Julio Conceição, a organização dos cursos no Instituto era a seguinte:

Art. 19. O ensino ministrado no Instituto constará de curso preliminar e cursos práticos. Art. 20. O curso preliminar será ensinado sempre pelos melhores e mais modernos métodos da época com aplicação aos cursos práticos, e constará do seguinte: a) leitura e caligrafia; b) língua portuguesa, exercícios de composição, regra gramatical e lógica; c) noções de geografia geral, e, muito em particular, estudos de historia e geografia do Brasil; d) numeração, operações sobre frações, números inteiros e decimais, frações ordinárias e decimais, sistema métrico, noções de proporções, de quadrado, de cubo e de desenho linear; e) ensinos ou regras de boa educação, de sentimentos afetivos e compassivos, de temperança, de civismo e doutrina cristã; f) lições de cousas; g) ensino de natação, ginástica – com especialidade a sueca, manobras militares, tiro ao alvo, esgrima e outros exercícios aconselhados pela higiene; h) ensino de musica e solfejo; i) noções de história natural, física e química aplicadas. Art. 21. Os cursos práticos serão: agrícola e profissional. Art. 22. O curso agrícola constará de noções de geologia, botânica e zoologia, com aplicação a agricultura tropical, notadamente jardinagem, fruticultura, horticultura, avicultura e apicultura. Art. 23. O curso profissional diz respeito ás artes e officios e

constará das matérias e ensinos seguintes: a) escrituração mercantil e industrial; b) mecânica; c) eletricidade; d) tipografia, impressão e encadernação; e) alfaiataria; f) pintura comum; g) carpintaria e marcenaria; h) serralheria; i) funilaria; j) sapataria e selaria; k) vidraçaria; l) arte de cabeleireiro; m) arte culinária; n) serviços domésticos (copa)<sup>2</sup>.

Posteriormente em 1912, em uma publicação sobre as escolas que funcionavam na cidade santista, aparecem apenas os cursos de alfaiataria, sapataria, carpintaria e marcenaria. Dentre as várias atribuições do diretor, uma delas era emitir relatórios mensais à Mesa Administrativa da mantenedora. Esse acervo documental se constituiu em substancial material para o desenvolvimento desta pesquisa.

Inicialmente o projeto do Escolástica Rosa determinava que o atendimento dos alunos deveria ser feito apenas no período diurno. Logo depois, serão criados os cursos noturnos conforme estabelecia outra exigência das autoridades: “A lei nº 1.184 de 03 de dezembro de 1909 determinava a criação de mais escolas noturnas”. Deveriam localizar-se próximas às fábricas e atender só os meninos operários ou os filhos de operários. (CUNHA, 2000, p. 141).

O crescimento da indústria paulista impulsionava em certos aspectos a implantação das escolas industriais em todo Estado de São Paulo, ou seja, quem criava essas leis, estava intimamente ligado com seus benefícios. Mais uma vez Cunha (2000, p.142), apresentamos o panorama da legislação vigente e como era colocado em prática:

Além dos cursos noturnos, para crianças e jovens da classe operária, o governo estadual instalou escolas profissionais para os mesmos destinatários, mediante contratos com o setor privado. O texto da Lei (SP) n. 1.192, de 22 de dezembro de 1909, expressava a persistência da idéia do ensino profissional como algo destinado aos desvalidos, em consonância, alias, com a exposição de meninos do decreto do presidente da República, desse mesmo ano.

Continua, citando a lei:

---

<sup>2</sup>Ver Trindade (1912).

Fica o Governo autorizado a contratar com estabelecimentos industriais, agrícolas ou beneficentes de reconhecida idoneidade, a educação profissional de menores pobres, não criminosos de ambos os sexos, que tenham mais, de 11 anos de idade e que, por falta de proteção paterna ou tutelar, estivessem abandonados.

Cresce a passos largos a indústria paulista. João Octávio dos Santos, entretanto, não idealizara uma escola para atender o mercado; na verdade queria que as pessoas, vítimas das desigualdades geradas por esses interesses, tivessem uma outra opção na vida. Sobre a admissão e permanência dos alunos, João Octávio (1899, p.2), determina que:

Para admissão no instituto serão observadas as seguintes condições: 1ª Que o menor seja órfão e filho de pais pobre. 2ª Que, sendo filho natural, prove a mãe não ter recursos e que o filho natural viva em sua companhia. 3ª Que, sendo órfão, mostrem os pais viverem em pobreza. 4ª Que o matriculado não seja menor de 9 anos nem maior de 14. 5ª Que não sofra de moléstia contagiosa, devendo ser logo vacinado, se ainda não o tiver sido. O aluno permanecerá no Instituto, ao menos por 4 anos, podendo este prazo ser espaçado se o aluno não conseguir habilitar-se e tenha provado boa conduta e manifestado vocação escolar ou artística.

Observando os jornais da época, encontram-se, naqueles de maior circulação, algumas pistas sobre a importância das escolas profissionais. Nos estudos feitos por Carvalho (2006), que examinou as publicações editadas na imprensa santista, especificamente no jornal A Tribuna, a autora dedica uma parte de seus estudos para fazer uma análise substancial sobre o que era discutido em relação às escolas profissionais.

Dessa forma, a indicação de editoriais, a análise dos discursos feitos pelas autoridades serviram ao presente objeto de estudo:

Venham os institutos profissionais, porque deles precisamos como o pão cotidiano. Por um desses institutos que se abra evitam-se três cadeias, e restringe-se consideravelmente a área do vício e do crime. O instituto apanha o pequeno viciado na via pública e restitui á sociedade o artista profissional e honrado. É a providencia do pobre e o grande preservativo da coletividade organizada. O governo paulista tem já criado algumas escolas profissionais não instalou aqui, nenhuma, porque, como sempre,

vivemos segregados do bem que outros municípios, mais felizes, amiúde gozam; nem escolas normal, nem ginásio, nem institutos de artes e ofícios ainda logramos obter. **O único instituto** desse gênero que aqui possuímos é legado particular e mantido a expensas particulares; comporta limitado número de internos, embora seja superiormente orientado e dirigido por um dos mais estudiosos e emancipados espíritos em matéria de educação. Precisamos não de um, mas de alguns institutos dessa natureza, por que a população infantil que aqui habita está privada em grande parte, de qualquer meio de aprendizado profissional; basta dizer que da população em idade escolar 60% não freqüentam escolas. É desolador. (**A Tribuna**, p.1, 11/06/1916, grifo nosso).

Outra instituição de ensino era a Escola de Aprendizes Marinheiros de Santos, fundada em 06 de setembro de 1909, instalada próximo do Escolástica no bairro da Ponta da Praia. Será transformada em 1928 em Escola de Pesca, onde firmará um convênio com o Escolástica Rosa para o funcionamento do curso de mecânica e carpintaria naval.

A atividade produtiva emergia como possibilidade de recuperação desses sujeitos. Dessa forma, pressionava-se o governo paulista para que essa realidade não fosse apenas de alguns municípios. Na Baixada Santista (o Escolástica Rosa), o único instituto que se aproximavam dessa aspiração não atendia a demanda. Para muitos não era considerado uma escola profissional. Na verdade, era uma entidade de benemerência, cujas características nem de perto conseguiriam atender aos anseios que o Estado de São Paulo requisitara. Além de ser escola particular, sua capacidade era limitada em receber 50 alunos.



**FOTO 4 - Vista externa do prédio do Museu de Pesca – Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0262b.htm>**

Como aponta Cunha (2005 apud CARVALHO, 2001, p. 40):

Aparecia, então, a demanda imperiosa, por parte das “elites” dirigentes, de preparar “cidadãos conscientes de seus deveres e direitos políticos”, a retomada do debate a respeito da mão-de-obra nacional, o combate ao anarquismo e o controle das “hordas” de crianças pelas ruas dos grandes centros urbanos.

A administração do Instituto D. Escolástica Rosa, como estipulado no testamento, deveria ser gerida única e exclusivamente pela Santa Casa de Misericórdia de Santos, o que irá perdurar até a primeira metade da década de 30, para ser mais preciso, até 1934, quando passa a configurar a gestão compartilhada com o governo do Estado de São Paulo.

São dois os fatores elencados que contribuíram para o aceleração deste modelo de gestão: o primeiro foi o financeiro, recorrente também da mudança forçada do prédio do antigo hospital, e o segundo, por haver, no início do século XX, toda uma mobilização pela criação de escolas profissionais administradas pelo governo do estado (como já citado anteriormente).

O primeiro fator é explicado nos relatórios elaborados por uma comissão de finanças da Mesa Administrativa da Santa Casa. Em um desses documentos são indicados elementos que justificam uma mudança de atitude, conforme diz o provedor Baccarat (1916, p. 36):

[...] tendo em vista os elementos da receita nos quatro últimos exercícios, se organize um orçamento fixando e limitando todas as verbas da despesa dentro do limite da receita, devendo a mesma cingir-se rigorosamente a estes limites fixados, pois do contrário continuará o regime dos déficits que fatalmente conduzirá a Santa Casa a ruína. A comissão de Exame de Contas abaixo assinado examinando as contas do Instituto, chega às mesmas conclusões que as referentes á Santa Casa. A despesa com a manutenção do mesmo foi a seguinte:

Pessoal	55:880\$00
Luz elétrica	2:274\$00
Alimentação	32:009\$00
Fornecimentos	10:772\$00
Despesas gerais	2:588\$17
O que perfaz.	103:523\$17

Este total dá para cada aluno uma despesa de Rs 1:478\$915, em um ano. Nos mais caros colégios existentes no país, um aluno, inclusive vestuário e calçado, não faz esta despesa. O Instituto está também no regime dos déficits. O saldo do ultimo exercício foi de RS 66:243\$597. É preciso aplicar-lhe o mesmo remédio que à Santa Casa.

Assim, os administradores perceberam que o controle das finanças do Instituto era necessário. Segundo a comissão de finanças, o dinheiro estava sendo mal aplicado, com a receita menor que as despesas. A solução seria a contenção de gastos, deveria utilizando-se somente o estritamente necessário. Eram essas recomendações feitas ao então diretor do Escolástica Rosa, o Dr. Arthur Porchat de Assis.

Outro ponto corrobora a bancarrota financeira da Mantenedora foi o desmoronamento de uma parte do morro Monte Serrat, onde, no sopé, se localizava a Santa Casa de Misericórdia de Santos. Acontecimento amplamente divulgado pela imprensa local, ocorrido em 10 de março de 1928, causando enorme transtorno humano e material para a instituição. Um comunicado do Hospital para a população informa:

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia comunica à população enlutada desta benemérita e generosa cidade que, em face da catástrofe dolorosa e inesperada que a atingiu, procurando na sua imensa dor agir com prudência mas sem hesitações, para evitar ainda maior infortúnio, resolveu, não sem dó profundo e forçada por circunstâncias imperiosas, abandonar temporariamente o velho e querido hospital, abrigando em lugar tranqüilo e seguro centenas de enfermos que se encontravam sob aquele teto acolhedor e tradicional<sup>3</sup> (**A Tribuna**, p.1, 16/03/1928).

O movimento que existia para construção de mais escolas profissionais que fossem administradas pelo Estado encontrou terreno fértil. O déficit contraído pela Santa Casa de Misericórdia junto ao Estado, pelo não pagamento de impostos, aliado a esse movimento de criação de escolas profissionais, defendido por interesses dos que comandavam os setores produtivos, levou a mantenedora do Escolástica Rosa a ceder, optando por uma gestão compartilhada com o governo paulista.

Em 12 de abril de 1934, o então interventor paulista, Dr. Armando de Salles Oliveira, inaugurou a Escola Profissional Mista D. Escolástica Rosa. O diretor Dr. Arthur Porchat de Assis, aposentado em 1930, foi sucedido pelo professor Nicolau Priolli que permaneceu à frente do Instituto até agosto 1934. Logo depois, transferiu-se para a Escola Profissional de São Carlos.

---

<sup>3</sup> A forma encontrada para prevenir futuros imprevistos, foi a construção de um novo hospital em uma área afastada dos morros, localizada no bairro do Jabaquara, na década de 1940.



Nesse período de transição, assumiu a função de diretor-organizador, Horácio Augusto da Silveira<sup>4</sup>. Em agosto de 1934, toma posse o 1º diretor efetivo sob a administração estatal, o professor Pedro Crescenti, que havia se destacado como diretor na Escola Profissional de Ribeirão Preto, permanecendo por vinte anos à frente do Instituto D. Escolástica Rosa.

---

<sup>4</sup> Nomeado Superintendente de Ensino pelo Interventor do Estado, era um dos técnicos que participaram da auditoria para saber a situação do Instituto antes da assinatura do convênio.

## **CAPÍTULO II**

### **Pedro Crescenti, diretor da Escola Profissional Secundária Mixta D. Escolástica Rosa:**

#### **1. Trajetória profissional**

Pedro Crescenti nasceu em Descalvado, SP (1898) e faleceu em Santos, SP (1969), filho de imigrantes italianos, Ferrúcio Crescenti e Virginia Squassori Crescenti. O pai administrava fazendas no interior.

Iniciou seus estudos no “Grupo Escolar Coronel Tobias em sua cidade natal, onde ainda menino aprendeu a música. Tocava vários instrumentos, destacando-se no piston” (DADOS, [197?], p. 1).

Uma das paixões do professor Crescenti certamente era a música, sempre foi um apaixonado pela música. Isso é notado em uma entrevista concedida ao jornal Weril<sup>5</sup> (1959, p.3):

Quando em 1909 instalou-se a fábrica Weingrill, eu, com doze anos de idade, já tocava saxs na banda musical de minha terra – Descalvado – e

---

<sup>5</sup> Jornal de divulgação da centenária Empresa especializada em instrumentos de sopro. Fundada pelo italiano de origem austríaca Pedro Weingrill.

já, em 1914 era o 1º piston da referida banda. [...] Fiz minha carreira no magistério paulista, passando por todos os degraus do ensino e sempre os meus conhecimentos de música me auxiliaram [...].

A viagem de trem da sua cidade natal até Pirassununga, município onde estava localizada a tradicional Escola Normal, não diminuía a certeza em se formar professor normalista, fato que ocorreu em 1917.

Quando cheguei a Descalvado, a 23 de novembro de 1917, com o diploma de professor normalista, por fazer parte da Corporação Musical “Santa Cecília”, lá estava a banda me esperando na estação e executando um dobrado especial intitulado “Allori e Gloria” especialmente composto pelo grande Maestro José Tecari, de Araraquara, e ligado à família de Descalvado, tendo eu sido saudado pelo prefeito Dr. Carlos Alves de Oliveira Guimarães, notável orador e que fora meu professor. (WERIL, 1959, p. 3).

Com 21 anos de idade, casou-se com a também professora, Helena Caiuby, filha do Juiz de Direito de Descalvado. A partir daí iniciaram uma nova fase em sua vida. Continuaram no mesmo município, porém agora, morando na Fazenda São Rafael, onde os dois lecionaram na escola isolada<sup>6</sup> da referida fazenda. Dessa união nasceram 11 filhos, no entanto, 3 faleceram ainda bem novinhos. Uma de suas filhas, Bernardes (2008), relembra o que os pais diziam sobre como se conheceram:

Eles se conheceram no trem. Naquela época iam de trem para estudar. Ele estudava em Pirassununga. Ele perguntou para a irmã dele. – Quem é aquela moça de cabelos pretos e olhos azuis? A irmã dele falou. - A Helena, a filha do juiz de direito. Aí ele se apresentou lá em casa (casa dos avôs paternos). Começaram a namorar.

---

<sup>6</sup> Escolas preliminares não agrupadas, reunidas numa só classe, crianças de idades e níveis de escolaridades diferentes.



**FOTO 5 - Família Crescenti, 1939** – Fonte Arquivo pessoal de Maria Tereza Cayubi Crescenti Bernardes.

Passado aproximadamente quatro anos, surgiu uma oportunidade na cidade de Rio Claro. Lá Crescenti foi dirigir “as escolas reunidas<sup>7</sup> do bairro da Assistência”. (DADOS, [197?], p. 1). A experiência adquirida condicionou a Crescenti uma nomeação em 1926, como professor adjunto<sup>8</sup> do Grupo Escolar Coronel Joaquim de Sales na mesma cidade. Uma de suas características era a orientação de trabalhos manuais. Esses trabalhos eram apresentados por seus alunos no final do ano letivo.

Seus dotes musicais eram introduzidos na sua prática docente. Nesse período, organiza um “Coral Infantil” com os alunos. Paralelamente lecionava Português e Matemática no Colégio Santa Cruz e na Escola Profissional, também em Rio Claro.

---

<sup>7</sup> Organizada nos moldes dos grupos escolares: diretor, alunos em classes por adiantamento etc. A única diferença sensível está nos vencimentos dos diretores e professores, que são iguais aos da escola isolada.

<sup>8</sup> Professor que auxilia o titular nas classes em que havia mais de 30 alunos.

É aqui que Pedro Crescenti passa a ter seu primeiro contato com uma escola profissional. Nessa instituição, Pedro Crescenti foi contemporâneo ao diretor Armando Bayuex da Silva. Para melhor entendimento desse educador e sua influência ao que era ministrado por Crescenti, há informações no estudo feito por Gonçalves (2001, p. 109):

Foi diretor do Grupo Escolar Joaquim Salles, em Rio Claro, entre 1913 e 1918. Por um curto período foi diretor da Escola Normal Primária Botucatu e do Grupo Escolar de Salto, para em seguida, voltar para Rio Claro para assumir o cargo de diretor da Escola Profissional. Neste cargo permaneceu até junho de 1925. Desde essa data, até 1930 ocupou o cargo de Inspetor de Trabalhos Manuais Masculinos.

Crescenti estava em consonância com o que era exigido naquele momento pelo Estado. Como descreve Fonseca (1961, p. 333), “[...] houve uma tentativa de coordenar as escolas profissionais, em 1925, através da Inspetoria Geral de Trabalhos Manuais”.

Em 1929 é nomeado professor de Pedagogia e Didática da Escola Normal<sup>9</sup> anexa ao Colégio São José, em Limeira. Lá permanece por dois anos.

Como dito anteriormente, Crescenti tinha facilidade em orientar os alunos nas montagens de trabalhos manuais para serem expostos. Em uma dessas exposições, organizou, juntamente com seus alunos, um museu pedagógico, composto de 25 quadros. Foi exposto em São Paulo, na Diretoria Geral da Instrução Pública, a pedido do Dr. Amadeu Mendes, então Diretor Geral. (DADOS, p. 1).

O êxito obtido na exposição que havia sido enviada para a capital paulista, lhe rendeu, aos 33 anos de idade, uma nomeação para o cargo de diretor da Escola Profissional em Ribeirão Preto. Bernardes (2008) relembra os relatos de sua irmã mais velha:

Eu passei minha infância em Rio Claro, mas fomos para Ribeirão Preto. Meu pai era professor de Grupo Escolar em Rio Claro. Minha irmã mais velha (Irma Cayubi Crescenti), quem contou... Ele fez uma exposição, muito bem feita. Exposição com os alunos dele de curso primário.

---

<sup>9</sup> O Colégio São José, dirigido pelas Irmãs Dominicanas, é uma instituição confessional, com fins filantrópicos, integrada à sociedade de Educação Santa Catarina de Sena, fundado em 1921 sob a direção da Irmã Maria de Santo Inocência Lima. Inicialmente, as classes funcionaram em um prédio situado na Rua do Comércio (atual Rua Barão de Cascalho). Em 27 de maio de 1928, houve a equiparação da escola. Disponível em: <http://www.saojoselimeira.com.br/historia.htm>. Acesso em: 06 abr. 2008.

Crescenti chegou à antiga capital do café em 1931. Um ano depois eclodiu a Revolução Constitucionalista de 32. O Estado Paulista a princípio contava com a ajuda de outros Estados, mas na prática acabou tendo que lutar sozinho. Fausto (1994, p. 346) com muita propriedade lembra, ao comentar esta situação:

A verdade é que, apesar das divergências com o poder central, as elites regionais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais não se dispunham a correr o risco de enfrentar, pelas armas, um governo que haviam ajudado a colocar no poder a menos de dois anos. São Paulo ficou praticamente sozinho, contando sobretudo com a Força Pública e uma intensa mobilização popular para enfrentar as forças federais.

Nesse período conturbado da história do Brasil, o recém chegado diretor não hesitou em dar apoio logístico às tropas paulistas que seguiam viagem para o combate nas Minas Gerais. “A escola cooperou com a fabricação de artigos como: quêpis, blusas, calças, ataduras, alimentação para voluntários”. (ESCOLA PROFISSIONAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2008).

Sobre esse episódio seu filho, Monsenhor Crescenti (2008) traz-nos à tona lembranças desses acontecimentos:

Em 32, tenho até uma fotografia com meu pai. Nessa fotografia eu fardado como soldadinho e meu pai como capitão. A Escola Profissional de Ribeirão Preto para dar rancho para as tropas que iam pra Minas... Então ficava um posto de abastecimento, pra dar força junto às tropas o meu pai foi nomeado capitão. E todos os funcionários e professores receberam graduação.



**FOTO 6 - Família Crescenti em Ribeirão Preto, 1932 -** Fonte Arquivo pessoal de Maria Tereza Cayubi Crescenti Bernardes.

Quando a vida voltou ao normal, o diretor passou a deixar sua marca na administração da escola. A documentação encontrada no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto indica uma de suas características. Uma delas era o contato constante com a Administração Pública. Na intenção de mitigar a falta de segurança no trajeto de ida e retorno das alunas que estudavam à noite, Crescenti demonstra sua preocupação na ausência de iluminação pública e solicita providências:

Esta Escola Profissional, além dos cursos diurnos, mantém uma Escola Noturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento para moças e na qual se acham matriculadas 150 alunas. O referido curso funciona das 19 às 21 horas, beneficiando inúmeras jovens do bairro onde se acha localizada este estabelecimento. Grande número de alunas residentes pelos lados do “Barradão” são obrigadas a passar pela rua Capitão Salomão que não possui luz elétrica, não havendo outro trajeto fácil a não ser por essa rua. Ao esclarecido espírito de V. Exa. Não é preciso aduzir quaisquer considerações sobre os inconvenientes que a falta de iluminação da referida rua traz às alunas deste estabelecimento e o desassocego para suas famílias. Nestas condições, esta diretoria, confiada no elevado

critério com que V. Ex<sup>a</sup>. vem dirigindo os destinos deste município, vem solicitar dessa D.D. Prefeitura, providências no sentido de serem colocadas lâmpadas na Rua Capitão Salomão, no trecho compreendido entre as ruas Tamandaré e Saldanha Marinho, início da Avenida Saudade. (SOLICITAÇÃO, 1933, setembro, 30, Ribeirão Preto.).

Outra característica que Crescenti desenvolveu, ainda quando somente lecionava, foi das apresentações de trabalhos manuais pelos alunos em exposições, seja na própria escola ou em outras cidades. Na visão de Crescenti, (1931) era uma maneira de divulgar tanto a escola como a cidade que ela representava, nesse caso, Ribeirão Preto:



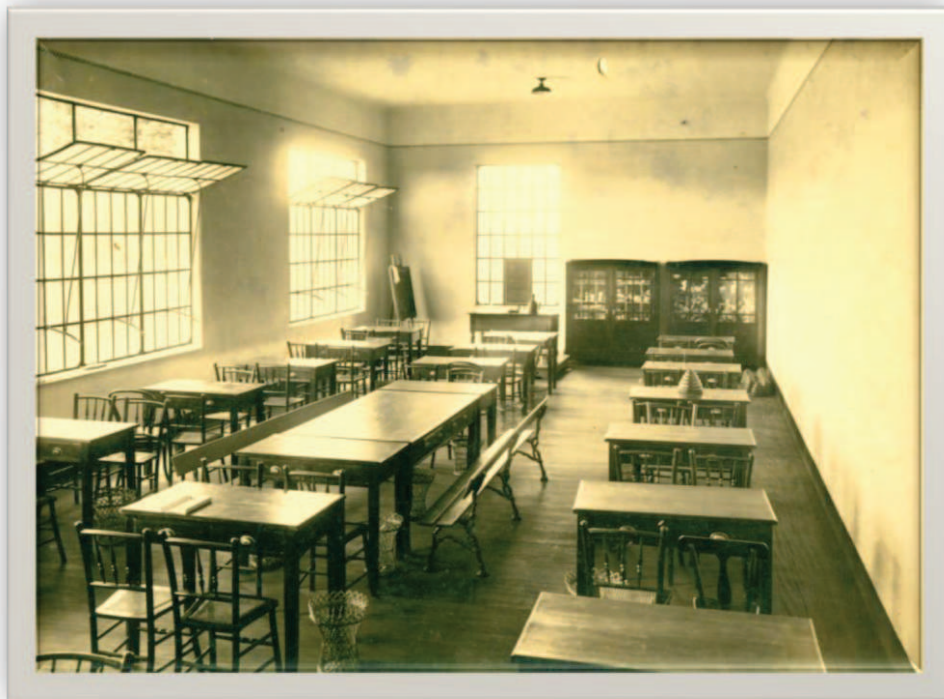
**FOTO 7 - Escola Industrial ou Escola Profissional José Martimiano da Silva, 1924 –**

Foto: Rainero Maggiori - Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Senhor Prefeito Municipal, tenho a honra de comunicar a V. Exa. Que esta Escola, devidamente autorizada pela Diretoria Geral do Ensino, concorrerá à “Exposição-Feira Agropecuária e Industrial do Triângulo Mineiro” que terá lugar de 20 de maio a 20 de junho em Uberaba, Est. de Minas. Nestas condições, no desejo de fazer uma propaganda deste município, venho por à disposição de V. Exa. o recinto que este estabelecimento mandou reservar, para, em suas paredes, serem fixados quadros estatísticos, fotografias da cidade e do município, de



propriedades agrícolas, etc., afim de que Ribeirão Preto se torne mais conhecido ainda do Triangulo Mineiro. (COMUNICADO, 1934, março, 24, Ribeirão Preto).



**FOTO 8 - Sala de aula da Escola Profissional José Martiniano da Silva, 1924 –**  
Foto: Aristides Motta & Maggiori – Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

## **2. Aspectos gerais da sua administração**

Em agosto de 1934 transfere-se para Santos, para atuar na direção do “Instituto Dona Escolástica Rosa”. Em ofício expedido ao Prefeito da cidade de Ribeirão Preto, Crescenti relata sua despedida:

Com profundo pesar, dados os numerosos laços de amizade que me prendem à culta sociedade riberopretana, devo seguir para Santos onde me caberá a direção do Instituto Profissional Escolástica Rosa. Ao dar-lhe esta comunicação, aproveito o ensejo para lhe hipotecar a melhor expressão do meu reconhecimento pela valiosa cooperação recebida de V. Excia. Em quem sempre encontrei todo o apoio para melhor desempenho de minha missão. Outrossim, participo ficar a direção desta

Escola a cargo do meu distinto colega, prof. Sebastião Fernandes Palma, até a posse do diretor efetivo. Queira V. Excia. aceitar os meus protesto de elevado apreço e consideração. (DESPEDIDA, 1934, agosto, 07, Ribeirão Preto).

Pequenas lembranças sobre sua chegada a Santos foram relatadas pelo seu filho, Monsenhor Crescenti (2008): “[...] chegamos na Estação, um carro veio nos buscar. O prédio era muito diferente, tinha umas grades altas. A segurança era tanta que meu pai mandou cortar pela metade. Aquilo dava um ar de prisão. Chegamos em agosto de 34”.

Quando chegou à cidade já haviam se passado quatro meses sob a administração compartilhada com o Estado. Por ocasião da inauguração do Instituto D. Escolástica Rosa, que foi feita pelo interventor Federal paulista Dr. Armando de Salles Oliveira para demonstrar a primeira obra de vulto na área da educação na região da Baixada Santista, houve ampla divulgação sobre o acontecimento na imprensa local.



**FOTO 9 - Pedro Crescenti e alunos do Instituto D. Escolástica Rosa, década de 30**  
Fonte: Arquivo da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos

A reformulação nessa administração compartilhada não extinguiu o internato, que era uma das cláusulas do testamento de João Octávio dos Santos. Para não deixar dúvida quanto ao destino dos internos, o interventor esclarece: “O internato foi convertido em escola profissional primária, em articulação com a escola profissional secundária, onde os alunos internos, terminado o estágio de aprendizagem, poderiam aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos e culturais” (**A Tribuna**, p.1, 12/04/1934).

Uma das inovações introduzidas no Instituto era o curso de Carpintaria e Mecânica Naval. A princípio aventava-se a possibilidade de ser desenvolvido em cooperação com a Escola de Pesca. A idéia era qualificar a mão de obra para depois ser absorvida pela Companhia Docas de Santos. Para a execução desse plano, estava sendo elaborado um convênio entre as Secretarias da Educação e da Agricultura, a fim de que houvesse um acordo de cooperação entre as duas escolas técnicas, que estavam localizadas na Ponta da Praia, vizinha uma da outra, para a formação de mecânicos navais. Para isso o treinamento seria feito nessas oficinas e na direção dos barcos, por ocasião das viagens para pescaria. (Ibid, p.1, 12/04/1934).

O Decreto 7.317 só foi assinado em 5 julho de 1935, e nele ficou estabelecido um Convênio entre a Companhia Docas de Santos e o Governo de São Paulo para a implantação no Instituto D. Escolástica Rosa do curso de Carpintaria e Mecânica Naval.

De acordo com o relatório do diretor Pedro Crescenti ao Superintendente Horácio Augusto da Silveira, as aulas tiveram início em setembro de 1937:

[...] foi assignado, entre o Governo do Estado e a Companhia Docas de Santos, um acordo para o desenvolvimento do ensino technico-profissional visando actividades marítimas e portuárias, tendo as aulas já se iniciado. Os cursos teóricos e o gabinete de psychotechnica funcionam no Instituto e as aulas officiaes na própria Cia. Docas em local reservado e apropriado para esse fim. (RELATÓRIO, 1937, fevereiro, 03, Santos)

O novo gestor não teve vida fácil em seu novo desafio. Os primeiros meses foram de observação tanto sobre a dinâmica do trabalho desenvolvido pelos funcionários, como também pelo comprometimento dos alunos do internato ao que estava sendo oferecido a eles.

Segundo Belloto (1985 apud MORAES, 2001, p. 24):

[...] o documento é um discurso sobre a realidade, trabalhado pela leitura do historiador que lhe acrescenta os envolvidos e inquietações do presente. Problematizar o documento como objeto de construção histórica significa, em primeiro lugar, apreender sua historicidade, o que conduz a uma concepção alargada do 'documento educacional'.

É a partir dessas considerações que analisamos alguns dos ofícios expedidos pelo diretor Pedro Crescenti ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos e também à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica. A explicação para a divisão que o diretor adotava para reportar determinado assunto é justificada pelo o que ficou estabelecido na ocasião da assinatura do convênio com o Governo do Estado de São Paulo. Assim, toda temática relacionada a direção técnica e administrativa era encaminhada ao Superintendente. Já os assuntos relacionados aos alunos internos eram reportados ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Tendo isso como orientação na análise documental, elencam-se vários problemas enfrentados por ele:

O primeiro estava relacionado aos funcionários, que pareciam não assimilar o que realmente era a gestão compartilhada com o Estado.

Os funcionários estavam acostumados a não seguirem as regras do estabelecimento. Em um comunicado o diretor faz questão de alertá-los:

Chamo a atenção dos Srs. diaristas que o tempo de trabalho effectivo é de 8 horas. Assim, deverão iniciar o serviço às 7 <sup>1/2</sup> e deixar às 10 <sup>1/2</sup> hs. Reiniciando-o às 12 para deixar às 17 hs. O tempo empregado para o café será unicamente o indispensável para isso. Entende-se trabalho effectivo o tempo de produção, não estando compreendido o período de mudança de roupa e preparativo para saída o que tudo deverá ser feito após o trabalho. Este aviso abrange: Artes graphicas, Marcenaria, Lustração e Reparações. (COMUNICADO, 1935, janeiro, 31, Santos)

Em represália dois funcionários que moravam no Instituto abandonaram o emprego para se juntar ao antigo diretor que havia se transferido para a Escola Profissional de São Carlos. Crescenti leva o fato ao conhecimento do Superintendente Horácio Augusto da Silveira:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V.S. para os devidos fins, que o vigilante do internato e pertencente ao quadro suplementar deste Instituto, Scherlok Holmes Bezerra, vem faltando sem motivo justificado desde 1º do corrente. O referido vigilante, sem mesmo despedir-se do pessoal da casa, inclusive desta Directoria, indo em sua companhia o diarista pautador Bendicto Martinho que aqui também residia. Afirmo também que os Srs. Alludido acham-se em São Carlos sob a proteção do ex-diretor deste Instituto e actualmante diretor da Escola Profissional daquela cidade. (COMUNICADO, 1935, janeiro, 25, Santos)

A falta de professoras do curso de Economia Doméstica e Química Alimentar apresentou-se como outra grande dificuldade enfrentada pela direção do Instituto. A prática adotada pelas docentes, que residiam na capital paulista, era solicitar afastamentos por problemas de saúde e quando findava esse período, normalmente emendavam com as férias. Muitas das vezes em quase a totalidade do ano letivo as aulas eram ministradas por professoras substitutas. Crescenti mais uma vez é firme ao relatar o ocorrido ao Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo:

Na defesa dos interesses do ensino e deste Instituto, esta directoria vem á presença de V. S. expor o seguinte: [...] a) que o Instituto D. Escolástica Rosa, um dos mais promissores estabelecimentos de ensino profissional do Estado acha-se ainda numa phase de preparação que exige a constante permanecia de todos os seus funcionarios em seus postos, com dedicacão e enthusiasmo; b) que as contractadas, não estando em exercicio, prejudicam de maneira sensível aquella preparação e esta directoria não pode concordar com isso, seja qual for o motivo do afastamento; c) que a secção feminina deste estabelecimento é freqüentada por jovens, filhas das famílias mais distinctas desta cidade, todas desejam com empenho os ensinamentos do curso de economia doméstica e a ausência costumeira da mestra e ajudante, além de prejudicar as alumnas, tem dado margem a comentarios desfavoráveis á

organização do Instituto, visto que o curso esteve com seu funcionamento suspenso por falta de substitutas. (OFÍCIO, 1935, julho, 24, Santos)

Realmente havia jovens pertencentes à elite da cidade. Na relação de matrícula do Curso de Corte e Costura do “Escolástica Rosa” consta o nome de Maria Ismênia, filha de Ricardo Pinto de Oliveira, membro da elite santista da época. Mais tarde casou-se com o argentino Juan Manuel Serrano, mas não exerceu essa profissão, uma vez que foi oficial do Cartório de Registro Civil de sua família.

Em entrevista telefônica sua irmã Maria Helena, com 86 anos, prestou algumas informações pontuais.

Ismênia Silveira Pinto de Oliveira, sua mãe, era excelente bordadeira, e aprendeu (em aulas domiciliares), com a professora Amélia Gasparini. Ela aplicava essa sua habilidade, nos bordados artísticos dos paramentos ou alfaias que oferecia à Igreja da Paróquia Santo Antônio do Embaré. D. Ismênia (a mãe) tinha uma costureira portuguesa, nascida em Meda, em 1930, que ia em casa para fazer as costuras e os consertos das roupas. Maria Helena que freqüentou o curso de desenho arquitetônico no Escolástica Rosa, sendo sempre a “1ª da classe”. Ao concluí-lo, a Repartição de Saneamento de Santos, ofereceu a ela (por causa da sua aplicação) uma colocação e ela não aceitou, após consultar o pai, membro da elite que era o provedor da família.

Outro problema estava relacionado ao comportamento de alguns alunos internos, que a princípio nos dão a impressão de ser uma forma de intimidar a nova administração do Instituto. Passados três meses, Crescenti elaborou um relatório que dessa vez, tinha como destinatário o Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Nesse momento, se faz necessário um breve esclarecimento. Conforme o acordo celebrado entre a Santa Casa e o Estado, ficou ressalvado ao Provedor o direito de selecionar a admissão ou desligamento de candidatos ao internato.

Dentre a relação de 70 alunos que ali estavam, 6 deveriam ser desligados do Escolástica Rosa, por péssimo comportamento:

Relação dos alumnos interno deste Instituto que foram dispensados por esta directoria [...] 1º Paulo<sup>10</sup>: entregue a sua mãe no Instituto em 29/11 por ser indisciplinado e um dos cabeças das depredações verificadas num dos dormitórios. Informações Comendador Prates nº248. 2º Vítor: entregue a sua mãe com conhecimento do responsável tutor Sr. João Glycerio de Araujo funcionário da guarda-moria que esteve no Instituto concordando com a medida tomada tendo até passado recibo da certidão de idade do referido menor, que é um péssimo elemento e um dos cabeças das depredações já referidas acima. 3º Pedro: foi conduzido para o Guarujá, por um funcionário do Instituto que o entregou a sua progenitora com uma carta desta directoria. A mãe de Pedro passou recibo do mesmo que já é moço de quase 19 annos, moço mal encarado e que espancava os pequenos. Compareceu nesta data a presença desta directoria afim de pedir um attestado que foi fornecido por espírito de caridade e no intuito de que o rapaz consiga emprego como ajudante serralheiro.

Roberto: entregue á sua mãe que trabalha à Rua 7 de Setembro 113. É um dos peores elementos que havia no Instituto; vadio, fujão pederasta, com apparencia de um tarado. 5º João: Por ser um mau elemento, foi aconselhado por esta directoria a procurar collocação, tendo conseguido emprego como ajudante de fundidor na “Constructora”, Rua Mons. Paula Rodrigues, 158. (RELATÓRIO, 1934, dezembro, 13, Santos)

Através dos relatórios examinados, o que se percebe nos primeiros meses após a chegada de Crescenti, é um processo de adequação à nova maneira administrativa que o Instituto estava sendo submetido. Foram feitos ajustes necessários para que a partir do ano seguinte os frutos passassem a aparecer.

Em 1935, o Instituto passava a oferecer cursos noturnos e o diretor solicitava junto à Cia City, empresa responsável pelos serviços de bondes, luz e água, passagens tanto para os professores como para os alunos:

Devendo abrir-se amanhã a Escola Nocturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento deste Instituto e que funcionará das 19 às 21 horas, venho solicitar de V.S. providencias no sentido de ser autorizado o fornecimento de passes noturnos aos respectivos alumnos e professores. (OFÍCIO, 1935, fevereiro, 05, Santos)

---

<sup>10</sup> Para preservar a identidades dos menores, foram utilizados nomes fictícios.

O Decreto 6.222 de 18 de dezembro de 1934<sup>11</sup>, também previa a criação de uma Colônia de Férias para os alunos das escolas profissionais do Estado. Conforme noticiado no periódico local, a expectativa era que: “Centenas e centenas de alunmos e alunmas, operários de vários pontos do Estado, virão, todos os annos, descansar na escola Profissional D. Escholastica Rosa, e tonificar a sua saúde com o clima marítimo”. (**A Tribuna**, p.1, 12/04/1934).

A Colônia de Férias, que estava em funcionamento desde 1934, exigia uma série de contatos com os responsáveis do poder público e privado, de modo a proporcionar aos alunos uma boa estada. Um exemplo disso eram os ofícios enviados para a autoridade policial recomendando providências na permanência de rapazes a frente do Instituto, nos horários de entrada e saída dos alunos. Para a prefeitura, cobrava a pavimentação entre os trilhos da City, pois com as chuvas ser tornava perigoso a subida e descida dos bondes e para a empresa que administrava os bondes, recomendou ao gerente que sinalizasse às proximidades do Instituto, no sentido de reduzir a velocidade que geralmente os condutores trafegavam, a fim de evitar acidentes.

Novamente Bernardes (2008), uma de suas filhas, corrobora o que já havia sido encontrado nos arquivos do Instituto D. Escolástica Rosa:

Todo ano papai tinha trabalho nas férias também. Todos se hospedavam no Escolástica. Se pesava na chegada e na saída. Os alunos internos fizeram também Colônia de Férias em Poços de Caldas.

A Colônia de férias não se restringia apenas em receber os alunos das escolas técnicas do interior, os alunos internos do Escolástica Rosa, participavam dessa troca de experiências:

Senhor Superintendente: Devidamente autorizado por V. S. esta directoria organizou uma colônia de férias para alumnas, deste estabelecimento, que se realizará naquella cidade mineira de 9 a 23 do corrente. Tendo estado em Caldas, o Sr. Prefeito Municipal de boa vontade facilitou o alojamento da colonia no Grupo Escolar Dr. David

---

<sup>11</sup> Que institui uma nova escola para ser administrada compartilhadamente entre iniciativa privada (Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Santos) e o Governo do Estado de São Paulo. Essa temática será objeto de análise no capítulo III.



Campista”. O dia do nosso embarque está marcado para o próximo sábado dia 08 e o regresso a 24. Nestas condições tenho a honra de solicitar de V. S. uma requisição de passagens de ida e volta, na forma costumeira, bem como outra para 3 funcionários desta escola que irão antes para os trabalhos de instalação [...] (OFÍCIO, 1938, janeiro, 03, Santos).

Monsenhor Crescenti (2008) ajuda-nos a entender melhor o funcionamento da Colônia de Férias:

Papai era sempre nomeado Diretor de Colônia de Férias. O Estado nomeava o Diretor de Colônia de Férias. A não ser numa última, que ele pediu para um vice-diretor em 1946, por que minha vó, que estava doente. Recebeu até um ofício muito delicado (*faço votos que sua mãe se restabeleça logo*). Nomearam o vice-diretor do colégio para Diretor de Colônia de Férias, mas depois minha vó morreu aí ele reassumiu. [...] Outra vez fomos para Poços de Caldas foi no começo de 1938. Duas vezes por sinal. Fomos com as famílias... Papai dividia: primeiro os rapazes depois as meninas.

Passados os intempéries dos primeiros meses ocasionados pela resistência que professores, funcionários e alunos impuseram ao diretor Pedro Crescenti. Agora cabia afinar ainda mais os objetivos e metas a serem alcançadas. Colocar a escola em evidência era um deles à luz do Código de Educação<sup>12</sup> implantado por Fernando de Azevedo em 1933.

Segundo Moraes (2001, p. 427), o Código de Educação introduziu uma série de mudanças no ensino profissional:

[...] as escolas profissionais são equiparadas ‘as acadêmicas, recebendo denominação de Escolas Profissionais Secundárias; são instalados os cursos vocacionais, uma espécie de estágio preliminar de um ano, para os candidatos às escolas profissionais secundárias. O Serviço de Psicotécnica, previsto pelo Código de Educação, criou – sob a coordenação de Roberto Mange, coadjuvado por Horácio da Silveira – os

---

<sup>12</sup> Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933.

Gabinetes de Psicotécnico<sup>13</sup>, nas escolas profissionais masculina e feminina da capital, e na de Santos.

Uma das responsáveis do Gabinete de Psicotécnico no Instituto Escolástica Rosa, era a filha mais velha de Pedro Crescenti, Irma Caiuby Crescenti. Por ocasião dos estudos, quando a família veio para Santos, foi a única a permanecer em Ribeirão Preto; estudava no tradicional Colégio Santa Úrsula. Embora também tenha o curso de corte e costura vai desempenhar atividade importante no momento da educação profissional.

O serviço de Psicotécnica estava no âmbito do espírito da racionalização pelo empresariado paulista. E Mange foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento dessas experiências sobre o ensino profissional em São Paulo.

Como bem explica Weinstein (2000, p. 46):

Nascido na Suíça em 1886, Mange completou sua educação primária em Portugal, onde seu pai, que era diplomata, serviu durante algum tempo. Estudou engenharia na Escola Politécnica em Zurique; concluído o curso em 1910, iniciou um estágio no sistema ferroviário da Alemanha. Foi na Alemanha que ele entrou em contato com novas formas de organização e principalmente, com novos métodos de treinamento profissional. [...] Dez anos depois de sua chegada a São Paulo, Mange iniciou sua vigorosa campanha para mudar a natureza do treinamento e aprendizagem profissional no Brasil.

A criação de novos cursos e a construção da primeira quadra de bola ao cesto na região também serão uma das várias realizações na gestão de Pedro Crescenti. Tudo de acordo com a habilidade diplomática que o diretor desenvolveu, aliando o poder público e a iniciativa privada em benefício do Instituto.

---

<sup>13</sup> Tentamos por diversas vezes manter contato para que pudesse dirimir dúvidas sobre aplicação dos exames

### 3. Os cursos

Os inúmeros cursos criados a partir de 1934 vão ser distribuídos entre geral, obrigatório e técnico. Devido a escassez de documentação, será objeto de análise apenas o de Corte e Costura. No entanto, segue em Anexos, a relação dos cursos ministrados até o ano de 1945.

<b>TABELA 1 - CURSO GERAL E OBRIGATÓRIO – 1934</b>	
<b>SEÇÃO MASCULINA</b>	<b>SEÇÃO FEMININA</b>
Português	Português,
Geografia e História do Brasil	Geografia e História do Brasil
Matemática, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria	Matemática, Aritmética, Álgebra e Geometria
Tecnologia Profissional	Economia Doméstica*
Desenho profissional	Puericultura e Química Alimentar
Plástica	Desenho profissional.

Autor: Wilson Dias da Silva - Fonte: (A Tribuna, p.1, 12/04/1934).

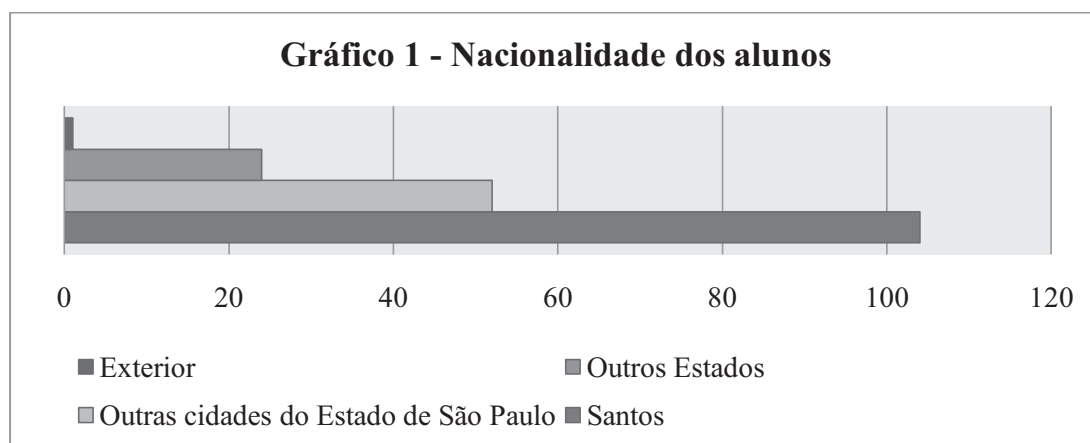
<b>TABELA 2 - CURSO TÉCNICO – 1934</b>		
<b>SEÇÃO MASCULINA</b>	<b>SEÇÃO FEMININA</b>	<b>MISTA</b>
Mecânica geral e naval: fundição, serralheria e calderaria, Ajustagem, Tornearia e Frisagem Marcenaria: tornearia, Entalhação e Ebanisteria artística; Carpintaria naval: construção e reparos de barcos Artes gráficas Pintura	Confecções e Corte (rendas e bordados)  Flores, chapéus e artes aplicadas.	Datilografia  Estenografia e Correspondência comercial

Autor: Wilson Dias da Silva - Fonte: (A Tribuna, p.1, 12/04/1934).

Na seção feminina era obrigatório o curso de educação doméstica, cujas disciplinas teórica e prática são distribuídas assim: a) Higiene Alimentar; b) Química alimentar; c) Puericultura; d) Economia doméstica (arte culinária e prendas doméstica); e) Noções de avicultura, horticultura e jardinagem. Está afeta a secção de Economia Doméstica a orientação do serviço de alimentação e vestuário dos alunos internos.

Para Moraes (2001, p. 422), “inicialmente, não existem diferenças substantivas entre as experiências de socialização do trabalhador desenvolvidas no Liceu de Artes e Ofícios e nas Escolas Profissionais do Estado”. A idéia era formar os “operários e os filhos de operários”, esses, por sua vez, deveriam trabalhar em diferentes ramos da indústria.

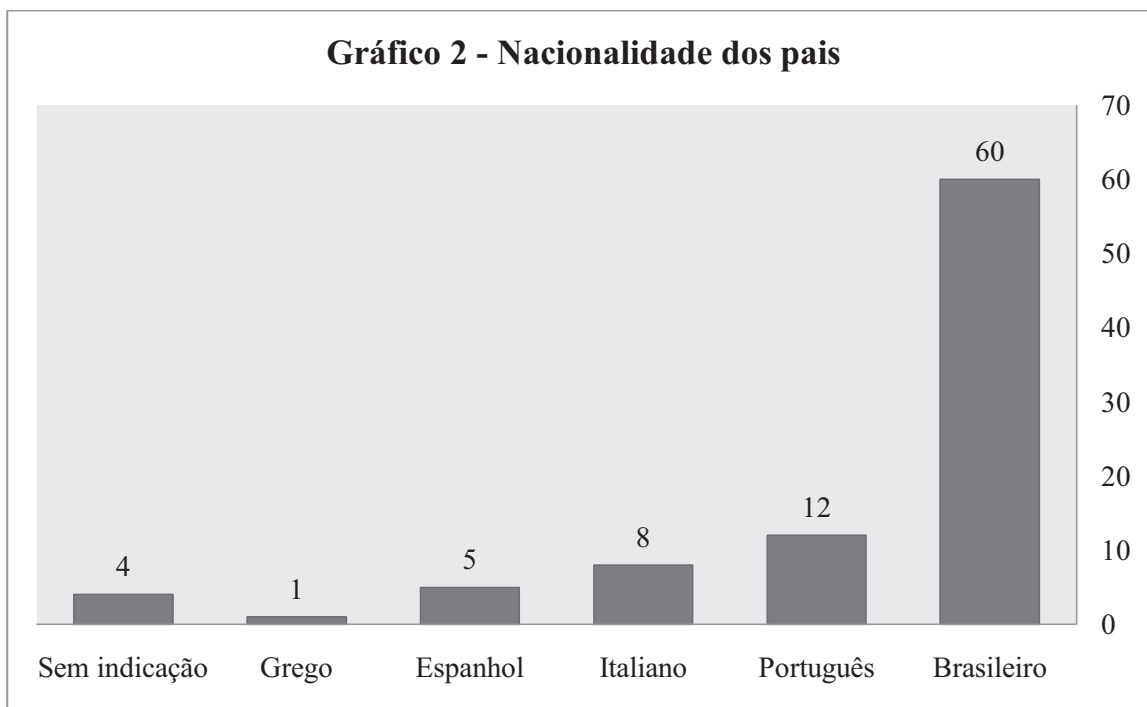
Como a própria autora aponta, no Liceu os setores mais atendidos eram os da construção civil e o imobiliário. Já nas escolas oficiais, por ter uma variedade de cursos, essa aplicabilidade era mais diversificada. Para corroborar as considerações feitas anteriormente por Moraes, buscou-se investigar a origem da nova clientela (alunos externos/masculino) atendida na então denominada Escola Profissional Secundária Mixta D. Escolástica Rosa, a partir da gestão compartilhada com o Governo do Estado de São Paulo. Infelizmente a documentação encontrada, no Centro de Memória da escola, é incompleta<sup>14</sup>. Dessa forma, pode-se ter uma idéia da origem dos alunos que ingressaram no Instituto, entre os anos de 1941 a 1950, conforme o gráfico 1 a seguir:



**Autor: Wilson Dias da Silva** - Fonte: Secretaria Acadêmica, Alunos Antigos 1941 a 1952.

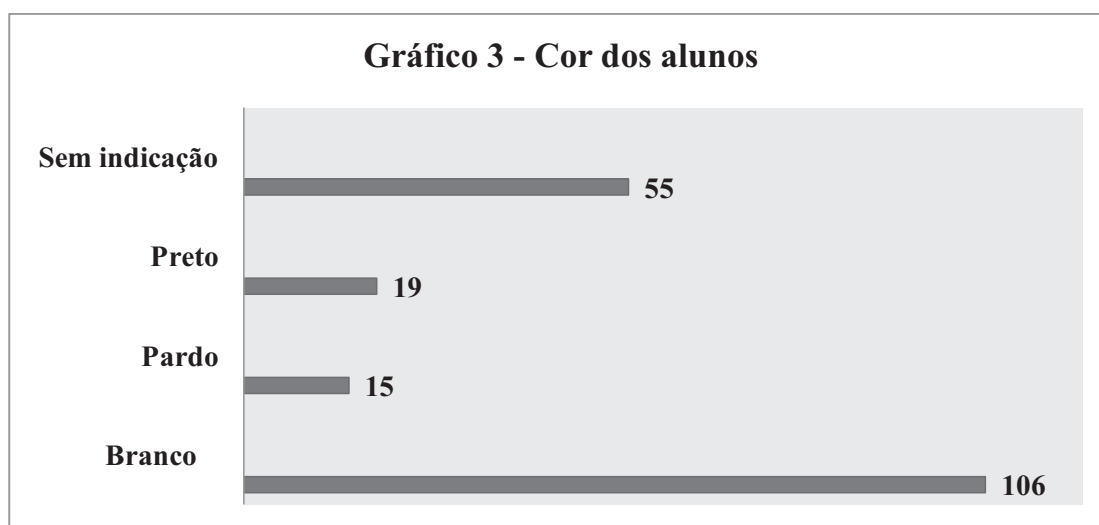
<sup>14</sup> O tratamento da documentação existente na E.T.E.C Dona Escolástica Rosa, apesar do trabalho incansável de seus responsáveis, ainda esbarra na burocracia ou falta de verba para contratação de mão de obra para a continuidade do trabalho. Essa pode ser uma das explicações para a ausência dos documentos, com informações mais detalhadas dos discentes, referentes aos anos de 1934 a 1940 que remetem ao início do balizamento histórico utilizado nessa pesquisa.

Aberto ao ingresso de alunos externos, o Instituto passou a receber alunos de outras cidades da região e do Estado de São Paulo, da região nordeste do país e imigrantes. Contudo, a grande maioria de postulantes a aprender um ofício era da cidade de Santos. Em relação à nacionalidade dos pais (gráfico 2), eram brasileiros, porém nota-se a presença diversificada de imigrantes.



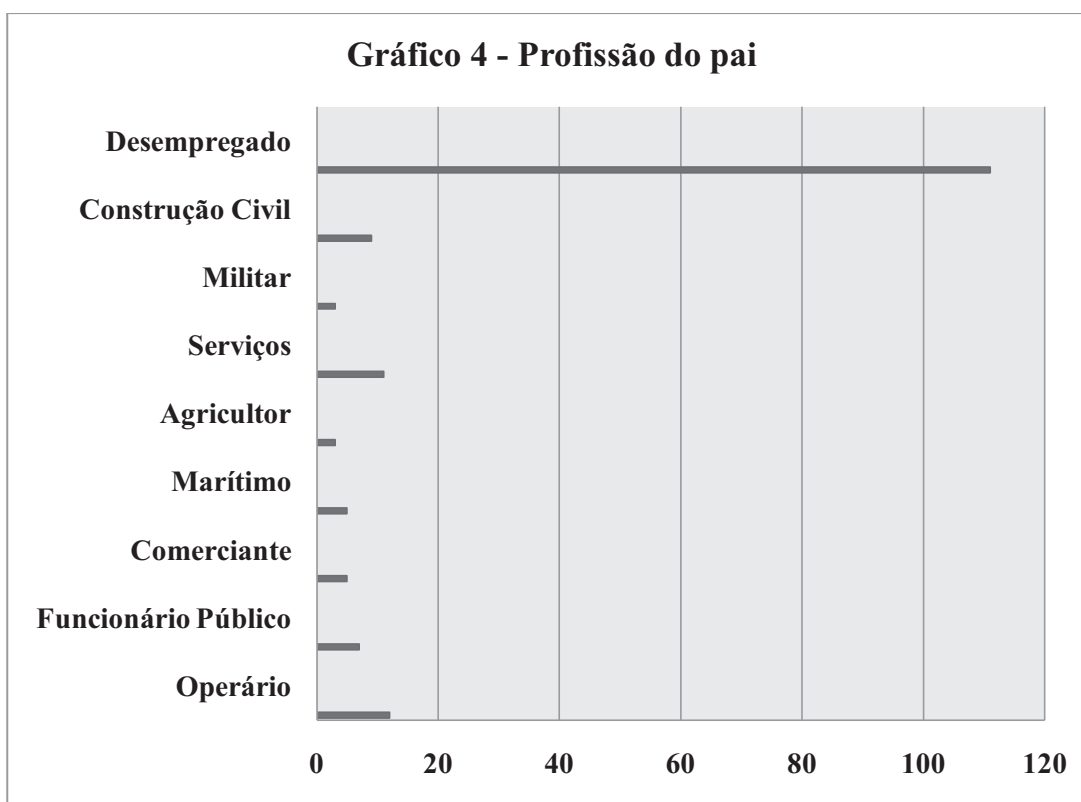
**Autor: Wilson Dias da Silva** - Fonte: Centro de Memória da ETEC D. Escolástica Rosa - Secretaria Acadêmica, Alunos Antigos 1941-1952

No gráfico 3, observamos a indicação de cor no livro de matrículas, onde o número de brancos (106) ultrapassa os pardos e pretos.

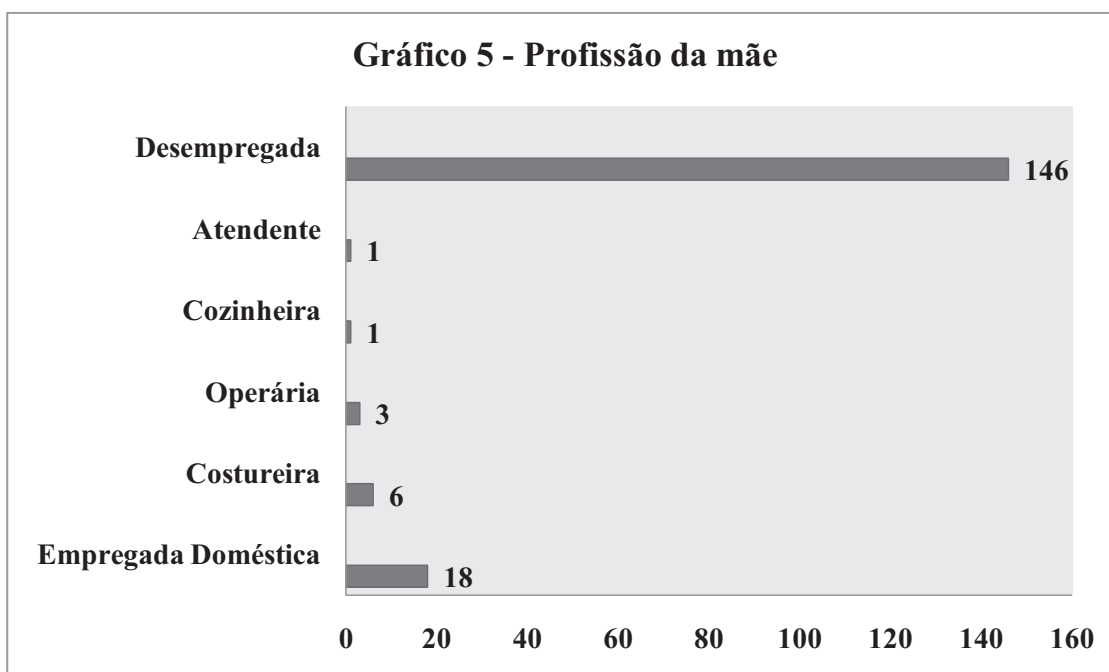


**Autor: Wilson Dias da Silva** - Fonte: Centro de Memória da ETEC D. Escolástica Rosa - Secretaria Acadêmica, Alunos Antigos 1941-1952

Em relação à profissão dos pais (gráfico 4 e 5), é acentuado o número de desempregados.



**Autor: Wilson Dias da Silva** - Fonte: Centro de Memória da ETEC D. Escolástica Rosa - Secretaria Acadêmica, Alunos Antigos 1941-1952.



**Autor: Wilson Dias da Silva** - Fonte: Centro de Memória da ETEC D. Escolástica Rosa - Secretaria Acadêmica, Alunos Antigos 1941-1952.

#### 4. A educação feminina: o curso de corte e costura

A introdução do curso de corte e costura leva-nos inicialmente a algumas considerações sobre o trabalho feminino, dentro do conceito de gênero. Os estudos aí analisados entendem a questão de gênero como construção social, cultural e histórica das categorias masculino e feminino.

*Gênero* é uma categoria relacional. É o estudo das relações sociais entre homens e mulheres, não só no aspecto de sexo, mas também de classe, de etnia. Além das suas diferenças biológicas, o que caracteriza o *gênero* e o identifica são as construções sociais e históricas e que organizam as relações de poder entre homens e mulheres; as distinções que a sociedade constrói para o feminino e masculino. Assim, a categoria de *gênero* auxilia na compreensão da diversidade da condição feminina ao longo da história, quando relacionadas aos homens. (SILVA; SILVA, 2002, p.166-167).



**FOTO 10 – Pedro Crescenti e as alunas do curso de Corte e Costura, década de 30**  
Fonte: Arquivo da E.T.E.C. D. Escolástica Rosa.

O trabalho fora do lar das mulheres do estrato mais pobre da sociedade era comum no Brasil, nas últimas décadas do século XIX, constituindo 78,3% da mão de obra fabril. (REIS, 1981, p. 47)

Já a entrada das mulheres das camadas médias e altas no mercado de trabalho é uma conquista paulatina da 1ª metade do século XX.

Clodoveu Doliveira, funcionário do Departamento Nacional do Trabalho, em 16 setembro de 1931, no “Jornal do Commercio” do Rio, num comentário ao inquérito sobre o trabalho feminino das “classes subalternas” defende a tese de que este era preferido e mais conveniente no desempenho das tarefas simples e repetitivas, embora as moças brasileiras não sejam especialmente educadas nem cuidadosamente instruídas: “No alto comércio, isto é, nos escritórios de fábricas, de casas comerciais, de companhias de seguro e banco, as moças triunfam e sua eficiência é francamente elogiada pelos chefes de serviço [...]” (PINHEIRO; HALL, 1981, p. 139).

Muitas mulheres da classe média ajudavam seus familiares na complementação salarial.

As filhas mais velhas de Antonio Franco Guijarro, imigrante espanhol (Araceli, nascida em 1898; Maria Amélia, em 1902) ajudavam no orçamento familiar, principalmente na educação dos irmãos mais jovens. Tinham um *atelier* de costura “Ultimo Figurino”, na Rua General Câmara, em frente à sede do jornal “A Tribuna” na década de 1930. Araceli fazia o corte e as costuras das roupas e Maria Amélia, os chapéus, ainda em voga nessa época. Helena (nascida em 1904) já trabalhava no escritório de uma companhia de navegação americana<sup>15</sup>.

A profissão de costureira era perfeitamente aceita para as mulheres de menos posses.

“A costura em particular encontrava na mulher – através de uma educação que lhe era dada tradicionalmente – uma mão de obra qualificada, cuja rapidez, destreza e precisão eram elementos importantes para sua execução (MATOS, 1996, p 95).

Michelle Perrot dedica algumas páginas (2008, p.119-123) a considerações sobre as operárias da costura na Europa.

---

<sup>15</sup> Informações colhidas de Hilda Franco Brandão, filha mais nova, atualmente com 92 (dadas a Maria Aparecida Franco Pereira, membro da Família Gimenez Franco, neta de Antônio e Antônia) em 1º de maio de 2010).



A função de costura trouxe possibilidades de emprego e de qualificação para as mulheres durante séculos, pois o vestuário e a roupa íntima são setores importantes para a vida. Assim, desenvolvem-se todos os tipos de ofícios: costureiras especializadas em roupa branca, em lingerie, em espartilhos, em culotes; camiseiras, debruadeiras, plumistas, modistas, bordadeiras, com dezenas de especialidades diferentes. Sem contar todo o setor de consertos da roupa branca, no qual atuam lavadeiras e passadeiras, num trabalho que se faz em quantidade e em qualidade. Talvez abranja três quartos dos empregos femininos em Paris. Cada cidade tem seu ateliê de costura, cada povoado sua costureira: pessoa importante, confidente das mulheres, mediadora entre a capital e a província, na qual as 'modas de Paris' são lei.

Sarti (1997, p. 153-158) diz que as mulheres pobres sempre trabalharam. O trabalho feminino era parte das obrigações familiares e era o instrumento que viabilizava de acordo a manutenção da casa, de acordo com as necessidades das famílias.

“O trabalho, no mundo dos pobres, é visto positivamente tanto pelos homens como também pelas mulheres, sendo o eixo da identidade social de ambos”. (Ibid. p. 159). E para a mulher acrescenta-se a maternidade, o trabalho doméstico (lavar, passar, cozinhar, limpar e arrumar), papel de mãe, esposa, dona de casa.

Os trabalhos de agulha aparecem nos cursos femininos, desde o século XIX. Eles possibilitam às mulheres fazer economias, preencher “os tempos livres femininos e simbolizam a feminilidade ideal” (SOHN, 1995, p. 127).

O século passado foi para a mulher em geral, a abertura para a instrução e para o trabalho remunerado, embora seja uma história de desigualdades: mulher só e sem recursos, operária que aumenta os rendimentos familiares, viúva, solteira que deseja ter rendimentos próprios.

“O século XX escreveu, portanto, a história da entrada maciça das mulheres na educação e no salariedade, mas eivada de uma desigualdade das possibilidades escolares e da não miscibilidade das profissões” (LAGRAVE, 1995, p. 507)

No Brasil, a partir dos meados do século XIX, quando as primeiras fábricas têxteis foram surgindo as mulheres mais pobres, numa escassez de mão de obra, foram se introduzindo no sistema fabril; porém com o desenvolvimento da imigração, sua participação diminuiu. Saindo paulatinamente das fábricas, as mulheres continuam a trabalhar nos *ateliês* domésticos. As mulheres mais pobres são aproveitadas nas ocupações

ligadas as atividades do lar: empregadas domésticas, lavadeiras, passadeiras, doceiras e costureiras, tarefas que geralmente aprendiam na própria vida familiar.

Muitas das vezes as atividades de costura eram feitas na própria residência, pois era uma maneira encontrada para conciliar a atividade remunerada com os serviços domésticos.

A costura, em contraposição a outras atividades, permitia uma certa flexibilidade de horário, liberdade de ir e vir. Criava também o prazer do convívio em grupo, pois freqüentemente, nos pátios dos cortiços, nos morros, mulheres costuravam, bordavam e conversavam nas chamadas “trempas”. Eram momentos de encontro, de troca de informações, receitas e remédios. Longe do apito da fábrica, a idéia de autonomia, a fuga às estruturas hierárquicas, aos condicionamentos de tempo e ao ritmo de trabalho concorriam para aumentar a disponibilidade e oferta dessa mão de obra. Isso não significa, no entanto, que inexistissem formas de controle, já que um certo número de peças deveria ser entregue num prazo determinado e mantendo um perfil de qualidade. (MATOS, 1995, p. 82).

O censo de 1920 mostra que as mulheres operárias eram em maior número no setor têxtil e de confecção, correspondendo a 1/3 do proletariado. O mesmo recenseamento indica, nos ramos de vestuário e tocador a presença de 11.412 operárias, 40% do total masculino (PENA, 1981, p. 92-93).

Na análise desenvolvida por Raquel Discini de Campos (2009, p. 86) sobre mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940), pode-se observar mudanças à nova exigência para a sua inserção tardia no mercado de trabalho.

As escolas técnicas regionais, por sua vez, anunciavam naquele período uma novidade extremamente original: a possibilidade de emprego aberta para jovens de ambos os sexos de conseguirem estabilidade de emprego e salários atraentes mediante a admissão nos concursos públicos, onde homens e mulheres poderiam concorrer igualmente.

Ainda segundo Campos (2009, p. 86):

O grande apelo às jovens interessadas em ingressar no mercado de trabalho que se expandia de maneira jamais vista nas terras da Araraquarense era, porém inegavelmente o da costura, um negócio essencialmente feminino e em franca expansão capitalista naqueles tempos. O trabalho como costureira requeria paciência, bom gosto, graciosidade e tantos outros atributos tidos como feminismo.

É claro que a experiência de análise apontada anteriormente deu-se na região de Araraquara, porém, a cidade de Santos também não se furtou a esse fenômeno.

“A cultura urbana santista contou com o marcante papel da mulher local: negra, índia ou imigrante, ela foi elemento de suma importância no espaço da cidade, do porto e dos domicílios, trabalhando e resistindo”. (MATOS, 1995, p. 75)

O trabalho de costura das sacas para o café em Santos, no início do século XX, era feito a mão e em geral na moradia das costureiras, por encomendas, em horários convenientes pelas mulheres que tinham que cuidar da casa, “possibilitando-lhe concatenar o ritmo, o espaço e o tempo de trabalho doméstico com uma atividade remunerada e sem horário fixo”, geralmente tinham que cuidar da casa. (Id. 1996, p. 96).

Na mesma época havia o trabalho das catadeiras do café. As solteiras iam desde cedo para os armazéns. As casadas, depois do almoço, quando haviam terminado as tarefas básicas, principalmente de alimentação no cuidado com os filhos e marido.

A sacaria costurada a mão em Santos persistiu até 1924, quando foi sendo substituída pela costura à máquina (Ibid, 1996, p. 90).

Em Santos, havia a Cia. Santista de Tecelagem, com oficina que confeccionavam sacos para o café. Mais tarde construiu-se um grande prédio na Vila Macuco, no fim de 1904. O trabalho na fábrica era reservado em geral para as solteiras, meninas e jovens dos 12 ou 13 anos que não ultrapassavam os 18 anos. Após o casamento ou nascimento do primeiro filho o trabalho era interrompido até que o cuidado do lar ou das crianças o permitissem (Ibid., p.94).

A feminização de ofícios como o corte e costura e de modelagem no Brasil, se dá junto a uma formação fora da empresa, em escolas de ensino técnico, formação destinada a um público essencialmente feminino, o que contrasta com a formação tradicionalmente, dispensada aos homens na empresa, quando o ramo era masculino (HIRATA, 2002, p.211). Hirata aborda com grandes estudos realizados na Europa, a gestão da divisão sexual do trabalho na indústria.

Carmen Sylvia Vidigal Moraes (2000, p. 90.) informa que:

Em 1897, as meninas recebidas no orfanato [Seminário da Glória] a partir dos 7 anos recebiam ‘alguma instrução preliminar’ e de ‘prendas doméstica’ – costuras, bordados, trabalhos de lã etc. – que, segundo a Secretaria do Interior, embora fossem de utilidade como prendas, tinham ‘pouco valor como meio de prover a sua subsistência’. Propunha, então, ao lado de um ‘programa de ensino bem delineado’ a criação ‘de aulas especiais de música e canto; de oficinas de costura, modas, levantamento de moldes, cortes, ensino de datilografia, tipografia, fotografia; aulas de escrituração mercantil e de economia doméstica; oficinas de chapéus para senhoras, de luvas, trabalhos de floristas.

Ela observa, entretanto, que até 1906 nenhuma das sugestões havia sido realizada. O Seminário em 1920 preparava as órfãs para as atividades de costura, bordado, flores etc. e para serem donas de casa. “Desde a sua inauguração até os anos 30, foi possível localizar apenas um caso de egresso do educandário empregado como ‘contra mestre’ em casa de modas” (2000, p. 91-92). Ainda não se tinha nessa instituição uma escola profissional

O governo em 1911 cria na capital paulista a Escola Profissional Feminina para as famílias operárias, com a preocupação de qualificar a mão de obra, com cursos de corte e costura e confecção de roupas brancas etc., considerados apropriada para as mulheres.

Com a implantação da racionalização do trabalho essas escolas profissionais buscaram formação mais eficiente oferecida para o lar.

Em 16 de janeiro de 1920, em assembleia a Associação Instrutiva José Bonifácio, resolveu a criação de “três seções profissões do feminino: corte e costura; bordados à máquina e confecção de chapéus para senhora, realizando, assim “ uma das grandes necessidades desta cidade” (**A Tribuna**, p.3, 19/01/1920).

Segundo Lourenço Filho (1931), no início da década de 30, a concepção de educação profissional feminina, na política de instrução pública escolanovista, buscava preparar mulheres para o trabalho remunerado e para o lar, observando-se já a concepção de educação profissional feminina. Assim há a introdução de curso Vocacional (1 ano) de aprimoramento, dentro do princípio da racionalização, e Curso de Mestria (2 anos) para a

formação de professores.

Essa lógica do mercado de trabalho originou o desenvolvimento de novos cursos, a partir 1934, motivando uma série de mudanças tanto nas instalações da escola, como também na visibilidade deles. O de Corte e Costura gerou um tipo de profissionalização feminina na Baixada Santista.

Até onde Gomes (2001, p. 108) pode verificar, os cursos de Corte e Costura “[...] se foram criados para qualificar as mulheres para dedicarem-se ao lar e educarem brasileiros fortes, também foram utilizados para o mercado de trabalho. Foram grandes as conquistas femininas na escola, particularmente na formação de costureiras [...]”<sup>16</sup>.

O curso de corte e costura do Escolástica Rosa foi inaugurado em 1934 e até 1945 (ano do balizamento). Num universo de 572 alunas, 40 não possuíam o certificado. Em sua grande maioria eram nascidas em Santos, mas estavam matriculadas pessoas de várias regiões do Estado de São Paulo. De 1934 a 1945 foram registradas 99 estrangeiras (portuguesas, japonesas, espanholas, argentinas e polonesas), refletindo a importância na imigração na cidade portuária<sup>17</sup>.

<b>Tabela 3 - Curso de Corte e Costura</b>			
<b>CONCLUINTES</b>			
<b>Ano</b>	<b>Diurno</b>	<b>Noturno</b>	<b>Totais</b>
<b>1934</b>	04	-	<b>04</b>
<b>1935</b>	08	15	<b>23</b>
<b>1936</b>	09	16	<b>25</b>
<b>1937</b>	17	23	<b>40</b>
<b>1938</b>	13	28	<b>41</b>
<b>1939</b>	27	23	<b>50</b>
<b>1940</b>	30	33	<b>63</b>
<b>1941</b>	21	22	<b>43</b>

<sup>16</sup> A autora parece não ter esmiuçado a documentação sobre esse tipo de ofício. Entretanto a localização do Boletim de Estatística sobre os cursos ministrados no Instituto D. Escolástica Rosa deu elementos para adentrar nesse universo feminino.

<sup>17</sup> Em Apêndice 1. A escola possui relação completa das alunas matriculadas.

<b>1942</b>	25	34	<b>59</b>
<b>1943</b>	38	39	<b>77</b>
<b>1944</b>	48	47	<b>95</b>
<b>1945</b>	34	18	<b>52</b>
Totais	274	298	572

Autor: Wilson Dias da Silva - Fonte: Centro de Memória da ETEC D. Escolástica Rosa - Estatística, 1934 - 1946.

A Tabela 3 mostra a realidade do curso de Corte e Costura no início da gestão compartilhada com o Estado. Inicialmente só existia o curso no período diurno, porém, com o aumento da procura, no ano seguinte foi criada outra turma para o período noturno.

Segundo Julia (2001, p. 34) é “[...] a mudança de público que impõe freqüentemente a mudança dos conteúdos ensinados”. Utilizando essas orientações, primeiramente verificam-se os conteúdos ensinados e como a grade curricular estava disposta. No período diurno permaneceu o primeiro ano Vocacional (as alunas recebiam aulas de português, matemática, desenho e economia doméstica, dadas pelas mesmas professoras) e mais três anos de ensino especializado (prático).

No período noturno o primeiro ano Vocacional foi suprimido, sendo desenvolvidas aulas práticas nos anos seguintes. Conforme mostra a Tabela 4, durante o período estudado realizaram-se várias alterações no número de anos dos cursos.

<b>Tabela 4 - Curso de Corte e Costura</b>	
<b>Número de anos do curso <u>diurno</u></b>	
<b>1934</b>	<b>Vocacional + 2 = 3</b>
<b>1935</b>	<b>Vocacional + 2 = 3</b>
<b>1936</b>	<b>Vocacional + 3 = 4</b>
<b>1937</b>	<b>Vocacional + 3 = 4</b>
<b>1938</b>	<b>----- 3 = 3</b>
<b>1939</b>	<b>----- 3 = 3</b>
<b>1940</b>	<b>----- 3 = 3</b>

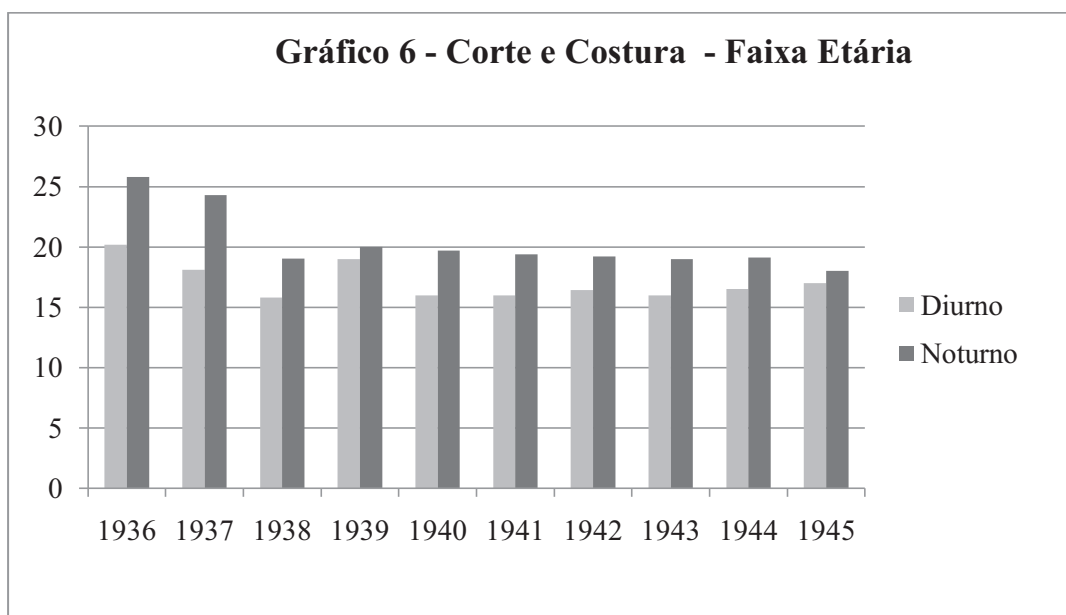
<b>1941</b>	----- 3 = 3
<b>1942</b>	----- 3 = 3
<b>1943</b>	<b>Vocacional + 3 = 4</b>
<b>1944</b>	<b>Vocacional + 3 = 4</b>
<b>1945</b>	<b>Vocacional + 3 = 4</b>

Autor: Wilson Dias da Silva - Fonte: Centro de Memória da ETEC D. Escolástica Rosa - Estatística, 1934-1946.

<b>Tabela 5 - Curso de Corte e Costura</b>	
<b>Número de anos do curso <u>noturno</u></b>	
<b>1935</b>	<b>2</b>
<b>1936</b>	<b>3</b>
<b>1937</b>	<b>3</b>
<b>1938</b>	<b>3</b>
<b>1939</b>	<b>3</b>
<b>1940</b>	<b>3</b>
<b>1941</b>	<b>3</b>
<b>1942</b>	<b>3</b>
<b>1943</b>	<b>2</b>
<b>1944</b>	<b>2</b>
<b>1945</b>	<b>2</b>

Autor: Wilson Dias da Silva - Fonte: Centro de Memória da ETEC D. Escolástica Rosa - Estatística, 1934-1946.

A seguir foram examinadas as informações de faixa etária das alunas, de modo que fosse traçado o perfil de quem estudava nos dois períodos. Constatou-se que no período investigado, as alunas que ingressavam no curso diurno estavam com uma média de idade entre 15 e 20 anos. Já no noturno, essa média já aumenta, passando para 19 e 25 anos. A partir de 1939, aparece nos Boletins de Estatísticas - que eram enviados ao Governo Federal - as indicações sobre possuir ou não diploma de curso primário (ou de outros curso mais avançados).



Autoria Wilson Dias da Silva - Fonte: Centro de Memória da ETEC D. Escolástica Rosa - Estatística, 1934-1946.



### **CAPÍTULO III**

#### **A ANÁLISE DAS NORMAS E DAS FINALIDADES QUE REGEM A ESCOLA A PARTIR DA LEGISLAÇÃO OFICIAL:**

##### **1. As implicações do Código de Educação de 1933 no Ensino Profissional.**

Dentre as várias possibilidades de análise do objeto histórico que oferece a Cultura Escolar, particularmente, no estudo para entender a influência da legislação (Ensino Profissional durante a vigência do Estado Novo), que indissociavelmente foi submetida à gestão de Pedro Crescenti ao longo de seus primeiros quinze anos à frente da então denominada Escola Profissional Secundária Mista D. Escolástica Rosa, recorreremos à definição de Dominique Julia (2001, p. 9):

A cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que

podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Daí surge o seguinte questionamento: como entender práticas pedagógicas que foram desenvolvidas no Instituto D. Escolástica Rosa através da análise das normas? Mais uma vez Julia (2001, p. 10) esclarece:

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.

Diante disso, num primeiro momento é preciso analisar as normas<sup>18</sup> e depois o corpo docente/funcionários que serão os facilitadores para se fazer compreender e elucidar essas práticas.

Para se entender a educação no período estudado, buscaram-se as considerações de Fernando de Azevedo<sup>19</sup>, que afirmava que um dos grandes problemas do ensino, na época, era o de não haver continuidade das políticas públicas voltadas para a área da educação. Inúmeras foram as Reformas criadas, sem antes, porém, analisar os resultados das realizações anteriores. Os governos, constituídos por partidos, não apresentavam programas organizados em princípios, mas sim em pessoas.

---

<sup>18</sup> **1º)** Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933, Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo; **2º)** Decreto n. 6.222, de 18 de dezembro de 1933, Cria a Escola Profissional Secundária Mixta D. Escolástica Rosa; **3º)** Decreto 7.317, de 5 julho de 1935, Convênio firmado entre a Companhia Docas e o Estado para a criação dos cursos: Carpintaria Naval e Mecânica Naval. **4º)** Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938, Lei de Nacionalização.

<sup>19</sup> Fernando de Azevedo foi um *homem de ação*, tendo exercido vários cargos administrativos, a maioria na esfera educacional, entre os quais podem ser destacados: diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930); diretor-geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933); diretor do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1933-1938); diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1941-1943); chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL da USP (1947); secretário de Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947); diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956-1960); secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo (1961). Ver Piletti (1994, p. 181-184).

A sucessão periódica de reformas escolares que se podem contar pelo número de governos parece justificar esta crítica, tantas vezes formulada, de que nos falta constância na execução dos planos de reformas, sujeitos uns após outros a modificação sistemática, sem a verificação rigorosa dos resultados. (AZEVEDO, 1931, p.151)

Um dos problemas para que as tentativas de reformas anteriores não puderam eficazmente apresentar resultados, são caracterizadas da seguinte maneira por Fernando de Azevedo (1931, p.153):

[...] em nenhuma delas se assentaram as bases econômicas de sua estrutura e se atentou para os seus dados atuais e para as condições específicas do meio social; nenhuma procurou articular o ensino técnico com as outras peças do aparelho escolar, e, sobretudo com a escola primária, que se levanta no primeiro plano e constitui os fundamentos de todo o sistema democrático de educação.

Para ele o ensino técnico pensado de forma desarticulada com a escola primária era totalmente incoerente. “As escolas que se fundavam<sup>20</sup>, não chegavam, por isto, a constituir um esboço de sistema de ensino técnico e profissional” (AZEVEDO, p.153).

A proposta de Fernando de Azevedo, segundo Xavier e Freire (2002 apud CARDOSO, 2005, p. 7) era:

[...] partir do ponto zero, ou seja, ele procurou convencer a opinião pública da validade e necessidade de seu projeto de reforma, reforçando ‘a idéia de que a situação caótica da instrução pública do Distrito Federal era resultado da ação clientelística e estreita dos políticos que tratavam a instrução como um bem privado e não no interesse público’.

A implantação dessa Reforma se dará através do Decreto 3.281 de 23 de janeiro de 1928, que priorizava a “pesquisa e ação”, ou seja, os conteúdos ensinados deveriam ter por finalidade a sua imediata aplicação na indústria. “A Reforma de 1928 mandava criar uma Escola Tecnológica de Mestres e Contramestres, para a formação do professorado técnico

---

<sup>20</sup> Antes de 1933, por diversas vezes foi mencionado na imprensa santista o pedido de criação de escolas que atendessem as “reais necessidades regionais”, mesmo existindo em Santos o Instituto D. Escolástica Rosa.

dos cursos profissionalizantes, assim como a indústria em geral.” (CUNHA, 2000 b, p. 165).

A nova fase de acumulação capitalista, condicionada pela lucratividade oriunda das relações comerciais nas quais o café será o “carro chefe”, vai delinear a formação da burguesia no país. No entanto, a transição do capitalismo para o imperialismo irá condicionar a dependência dessa burguesia emergente pelos países centrais, tais como Inglaterra e posteriormente os Estados Unidos (MORAES, 2003. p. 25).

Nesse universo de interesses é que serão discutidas as novas relações com o trabalho e de que maneira a educação será utilizada como “mecanismo de controle do social” (Ibidem, 2003. p. 26).

Na terceira década do século XX, a História do Brasil terá um divisor de águas. Fausto (2002, p. 185) sintetiza esse período assim:

Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador pelo espaço de quinze anos. Voltaria à Presidência pelo voto popular em 1950, não chegando a completar o mandato por suicidar-se em 1954.

O país que ao longo de sua história sempre foi exportador exclusivamente de produtos alimentícios e matérias-primas, nos primeiros anos de governo, “a política econômico-financeiro do Estado Novo representou um mudança de orientação relativamente aos anos 1930-1937. Nesse primeiro período não houve uma linha clara de incentivo ao setor industrial” (Ibid., 2002, p.203).

Contudo, a necessidade de adequar-se a acontecimentos internos e externos irão ditar essa nova maneira de conduzir a economia do país: primeiro, reorganizar os pagamentos da dívida externa, que já era alvo de críticas desde 1930; e o segundo está relacionado às implicações que seriam causadas à economia de um país, que no caso do Brasil era dependente, na eminência de uma guerra mundial.

Segundo Cunha (2000, p. 18-19):

As primeiras medidas tomadas pelo Governo Provisório, tocante à educação, mostraram o caminho que viria a ser percorrido durante os quinze anos da Era Vargas. [...] Constituiu na extração, de dentro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de dois setores que passaram a constituir novas pastas: o Ministério do Trabalho, para “superintender a questão social”, que deixava de ser matéria afeita apenas à “ordem pública”; e o Ministério da Educação e Saúde Pública, para formação física, intelectual e moral da população.

As questões sociopolíticas implantadas no governo getulista já no período constitucional pelo seu ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema<sup>21</sup> (1934-1945) propiciou a elaboração de novas leis para o ensino profissional.

Sua administração a frente do ministério foi marcada pela centralização, na esfera federal, das ações no campo da educação e saúde pública no Brasil. Segundo Schwartzman, (2000, p. 248):

Do início do século até o Estado Novo, portanto, o ensino industrial foi visto essencialmente como uma forma de educação caritativa, destinada a tirar os pobres da ociosidade, mas sem maior significação do ponto de vista econômico e social mais amplo. A partir da década de 1930 outras concepções começariam a emergir

---

<sup>21</sup> Nomeado ministro da Educação no início do governo constitucional de Getúlio Vargas, em 1934, Gustavo Capanema manteve-se à frente do ministério durante todo o Estado Novo. Manteve igualmente o grupo de intelectuais que o assessorava, do qual faziam parte Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e outros. Os projetos que vinham sendo desenvolvidos tiveram continuidade, o que resultou na implantação definitiva de órgãos como a Universidade do Brasil, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Instituto Nacional do Livro. Também foi consumada a reforma do ensino secundário e foi estimulado o ensino profissionalizante, que permitiria a criação do Senai e do Senac. [...] Modernizar a educação, incentivar a pesquisa e preservar as raízes culturais brasileiras foram metas almejadas pelos intelectuais que cercavam o ministro Capanema, mas essas metas nem sempre foram alcançadas, pois muitas vezes esbarravam nos procedimentos centralizadores e burocráticos do regime. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945):** educação, cultura e propaganda. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-5/EducaoCulturaPropaganda>. Acesso em: 13 jan. 2010.

e a ganhar força, culminando em um intenso conflito de bastidores entre o Ministério da Educação e Saúde e o do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha por detrás, principalmente, a Federação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias de São Paulo.

O ensino profissional no âmbito do Estado de São Paulo deu-se através de iniciativas privadas e estatais, como explica Manfredi (2002, p. 88):

Ao lado das iniciativas privadas e estatais, os anos 30 propiciaram iniciativas mistas, todas nascidas em São Paulo e ligadas às ferrovias [...] Em 1934, essa iniciativa, ampliada pela experiência obtida pela Estrada de Ferro Sorocabana, deu origem ao Centro Ferroviário de Ensino Profissional (CEFESP), numa complexa organização em que o governo estadual colaborava, mediante equipamento especializado existente na Sorocabana (que havia sido estatizado), com professores de educação geral.

As experiências paulistas bem sucedidas seriam generalizadas para todo o país. Assim, Roberto Mange, responsável por elas, tornar-se-ia mais tarde consultor constante do Ministério da Educação para questões relativas ao Ensino Profissional. (SCHWARTZMAN 2000, p. 248).

Antes do Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933, que instituiu o Código de Educação do Estado de São Paulo, o jornal o Estado de São Paulo sob a coordenação de Fernando de Azevedo, publicou uma série de artigos para debater os problemas da educação no Estado. “O conjunto foi chamado de ‘Inquérito sobre a educação’. A apresentação se fez através de questões formuladas por Fernando de Azevedo e respondidas de forma livre por colaboradores [...] ao final comentava as idéias apresentadas”. (GONÇALVES, 2001, p. 143)

Os questionamentos feitos por Azevedo giravam em torno da precariedade em que se encontravam as escolas profissionais, tanto no número ínfimo de escolas como na falta de uma “linha mestra”, ou seja, um plano de organização.

Esses debates em torno dos problemas do ensino no país contribuíram também para a redação dos textos que criaria o Código de Educação. Em reportagem publicada para o *Jornal do Estado*, Fernando de Azevedo reafirma que “o trabalho concluído não representava simplesmente uma compilação de decretos antigos do ensino, mas era uma lei nova, de acordo com as necessidades atuais”. (**Jornal do Estado**, p.7, 25/04/1933)

Segundo Gonçalves (2001, p. 144):

A organização científica do ensino esta relacionada com o estabelecimento de uma estrutura escolar para o ensino profissional articulada com o ensino formal e a aplicação de uma metodologia de ensino racionalizada que permitisse aferir a aprendizagem de forma homogênea, tornasse mais rápida a formação do trabalhador e possibilitasse o controle das escolas. [...] Finalmente, a seleção profissional contribuiria para tornar mais eficaz o ensino profissional, dirigindo-o somente aos que demonstrasse aptidão para o trabalho como operário.

Para a análise dessas diretrizes, é importante a Parte 4, com o título: Da Educação Profissional.

Traz em seu Artigo 346, a finalidade do ensino profissional como: “o adestramento no grupo de especializações profissionais, a especialização profissional, o aperfeiçoamento profissional, a prática profissional em situação real e a preparação de mestres”. (SÃO PAULO, 1933, p. 51).

Resquícios da Reforma anterior (1928) são perceptíveis no trecho: “a prática profissional em situação real”, ou seja, a “pesquisa e ação”. As aulas teóricas deveriam propiciar ao educando situações que se aproximassem da realidade vivida nas fábricas, para isso as escolas deveriam ser equipadas de modo a fazer valer o estabelecido pela lei vigente. Nem sempre era possível, pois esbarrava na burocracia das verbas.

Em um ofício emitido para um Inspetor da Superintendência do Ensino Profissional, pelo diretor Pedro Crescenti, pode-se perceber o conflito entre o que era estabelecido pela Lei e a sua aplicabilidade no cotidiano do Instituto:

Prezado Sr. Rosano Belletti, O plano da construção dos 30 tornos mecânicos, para as diversas escolas industriais, é realmente admirável, pois, além de dar trabalho aos nossos alunos sem pesar nas minguadas verbas das escolas, vem concorrer para o melhor equipamento do ensino e demonstrar sempre, por meio concreto a nossa capacidade de trabalho. Sabe o amigo que estou em vias de acabamento de 9 tornos de modelo oficial e que estão sendo construídos com enorme sacrifício da parte financeira, trazendo-me em verdadeiro desassossego e num pesadelo constante porque, por motivos conhecidos, falharam os recursos que deveriam ser fornecidos pelas repartições superiores, prometidos [...] Não imagina como tenho sofrido pelo fato de desejar produzir mais do que minhas forças coagido pelo desespero de ver os meus alunos sem máquinas, sedentos de vontade de aprender...é uma lição triste que recebe um modesto educador depois de 24 anos de viver entre meninos e rapazes [...] (OFÍCIO, 1942, janeiro, 15, Santos).

Sobre como deveria ser organizado o ensino profissional, o texto normativo indicava a seguinte divisão: “curso vocacional, escolas profissionais primárias, escolas profissionais secundárias e escolas noturnas de aprendizado e aperfeiçoamento profissional [...]. As escolas e cursos poderão ser masculinos, femininos ou mistos<sup>22</sup>”. (SÃO PAULO, 1933 p. 51).

## **2. Escola Profissional Secundária Mixta D. Escolástica Rosa: entre os decretos e a prática**

Para aproximar-se dos possíveis motivos que levaram à criação de alguns cursos e o seu fechamento, foi necessário um verdadeiro trabalho de quebra-cabeças, diante das fontes documentais.

Segundo Dominique Julia (2003, p. 19): “os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas; mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola”.

---

<sup>22</sup> Art. 347 e § 2º.



Desvelar o Decreto n. 6.222, que oficializava em 18 de dezembro de 1934, a criação da Escola Profissional Secundária Mista D. Escolástica Rosa faz entender melhor os conflitos gerados pela falta de aplicação da lei que estabelecia em seu artigo 2º:

A Escola Profissional terá mesma organização, **inclusive quanto a vencimentos**, das demais Escolas congêneres oficiais do estado, salvo o internato do Instituto que continuará funcionando sob regulamento Especial. (SÃO PAULO, 1933, p. 51, grifo nosso)

A falta de equidade dos vencimentos praticados no Escolástica foi por muito tempo fator de inúmeros problemas. Um deles gerava a rotatividade de professores. Por conta dos salários inferiores aos praticados na Capital e, até mesmo, em escolas do interior paulista, poucos se sujeitavam a fixar-se no Instituto. Essa pode ser uma das hipóteses para a demora do início dos cursos de Carpintaria e Mecânica Naval, que apesar do convênio assinado em 1935, só pôde entrar em funcionamento em 1937 e que mesmo assim ficou recebendo poucos alunos até o encerramento das suas atividades em 1943.

Pedro Crescenti, no início de sua gestão, utilizou-se de muita firmeza em suas atitudes, com a intenção de não deixar fatores externos atrapalharem o cotidiano escolar. Com o passar dos anos, além dos vencimentos incompatíveis, as verbas para a manutenção dos cursos ficaram mais escassas. Crescenti não mediu esforços para que a equiparação de salários indicada nos dois Decretos<sup>23</sup>, citados anteriormente, fosse realmente seguida.

Em 1940, enviou um relatório extenso e minucioso, constando todos os funcionários e suas respectivas funções, com um quadro comparativo do que era pago no Instituto e nas outras escolas da capital e do interior:

Este Instituto, como antes já afirmamos, é a maior organização de ensino profissional do Estado, pela variedade de seus cursos, alguns dos quais só nele existem como sejam: artes gráficas, encadernação, carpintaria naval, mecânica naval, alfaiataria, esteno-datilografia, escultura especializada, um curso primário e uma seção de internato para um mínimo de 70 meninos. Pela sua complexidade de organização, o Instituto D<sup>a</sup>.

---

<sup>23</sup> Decreto n. 6.222, de 18 de dezembro de 1933, Cria a Escola Profissional Secundária Mixta D. Escolástica Rosa; 3º) Decreto 7.317, de 5 julho de 1935, Convênio firmado entre a Companhia Docas e o Estado para a criação dos cursos: Carpintaria Naval e Mecânica Naval.

Escolástica Rosa deve ser posto em plano de igualdade com os Institutos Profissionais Masculino e Feminino da Capital que se na verdade possuem maior número de alunos são destinados, entanto, isoladamente a um e outro sexo, o que não é a situação da escola de Santos [...] O movimento deste Instituto é equivalente ao de quatro escolas profissionais da mesma categoria do interior do Estado reunidas (Amparo, Botucatu, Lins e Mococa), embora os vencimentos sejam os mesmos. Não queremos em absoluto, diminuir a importância daqueles estabelecimentos, mas somente pelo fato de este Instituto estar localizado em Santos, com condições de vida muito diferentes, de custo sempre elevado [...] É por todos estes motivos que julgamos as funções do pessoal deste Instituto são, no mínimo, correspondentes às dos Institutos Profissionais da Capital. (RELATÓRIO, 1941, agosto, 22, Santos).

No Instituto D <sup>o</sup> Escolástica Rosa	Nos Institutos da Capital
Diretor ... ..	2:000\$000
Vice-diretor... ..	1:300\$000
Inspetora-almoxarife... ..	700\$000 (Este cargo está desdobrado em dois, no Instituto Profissional Feminino, de São Paulo).
Guarda-livros... ..	1:000\$000
Porteiro-almoxarife ... ..	700\$000
Professores, de teoria, ..	700\$000
Professor de educação física ... ..	550\$000
Professor de desenho... ..	550\$000
Professor de plástica... ..	550\$000
Mestres efetivos. ....	550\$000
Mestres não efetivos. ....	550\$000
Ajudantes de mestres... ..	1:000\$000
Professor de eletrotécnica	700\$000
Mestre de mecânica . . . .	550\$000
Professoras (de desenho e de economia doméstica)... ..	600\$000
Mestras (de roupas brancas e bordados, de flores, de esteno-datilografia) ... ..	600\$000
Mestra de confecções e corte ... ..	600\$000

**FOTO 10 - Quadro comparativo de vencimentos**

Fonte: Centro de Memória da ETEC D. Escolástica Rosa - Ofícios Enviados, 1941

Não é o propósito dessa pesquisa, investigar detalhadamente a imigração japonesa e suas implicações na educação santista<sup>24</sup>. Contudo, faz-se necessário tecer alguns

<sup>24</sup> Sobre esse assunto, é interessante verificar o desenvolvimento da dissertação de Mestrado em Educação de Rafael Silva e Silva, orientado pela Profa. Dra. Maria Aparecida Franco Pereira, que já possui artigos publicados. Ver: SILVA, Rafael da Silva e. Os impactos das políticas nacionalistas do Governo Vargas sobre a educação japonesa: o caso específico de Santos (1930-1943). In: III encontro Norte Nordeste de História da Educação, 3, 2010, Salvador. *Anais...* 3. Bahia: UneB, 2010.

comentários sobre as interferências sofridas pela legislação do período getulista atinente ao balizamento histórico dessa pesquisa, percebida na documentação encontrada no Centro de Memória da E.T.E.C. D. Escolástica Rosa.

Schwartzman (2000, p. 166) traz à tona elementos que possam proporcionar-nos um melhor entendimento sobre a política de nacionalização implantada pelo governo varguista em relação à imigração japonesa:

Parecia impossível construir uma nacionalidade com a simultânea convivência de diferenças culturais. Construir o nacionalismo era, ao mesmo tempo, destruir as diferenças e proceder a uma seleção na formação da cidadania brasileira. No caso dos japoneses são freqüentemente negativas.

Continua citando o documento:

Não se deve aplicar o mesmo critério assimilador a asiáticos e europeus. Por maior que seja a nossa boa vontade, por mais profundo que seja o nosso instinto de cordialidade internacional, cumpre-nos defender os caracteres morfológicos do povo brasileiro, preservar as suas possibilidades de aproximação com os tipos europeus iniciadores. Destarte, o problema japonês fica desde logo definido como um problema de política imigratória. A nacionalização, neste caso, não deve significar assimilação étnica.

Vários foram os textos normativos apontados por estudiosos, que levavam, em seu escopo, frear a entrada de estrangeiros ou propiciar sua aculturação. Tudo em nome da Lei de Nacionalização. Dentre eles, destaca-se o Decreto Federal nº 406, datado de 04 de maio de 1938, e combinado com o Decreto-Lei de nº 868 do mesmo ano, exigia que todos os professores fossem naturais do Brasil, que todo o ensino fosse ministrado em língua portuguesa e proibia a circulação de qualquer material em idioma estrangeiro.

Em Ofício enviado pelo diretor Pedro Crescenti ao Superintendente do Ensino Profissional, fica claro como se processaram as leis impostas aos imigrantes, no caso dos que estudavam no Escolástica, os japoneses:

Cumpra-se comunicar a Vossa Senhoria que, por determinação das autoridades superiores, foram retirados do litoral todos os súditos de nacionalidade japonesa e em virtude dessa deliberação deixaram de freqüentar esta escola 33 alunos que seguiram com suas famílias para a Capital e interior do Estado. Tratando-se de um caso especial venho levar esse fato ao conhecimento dessa M. D. Superintendência para ulterior deliberação. Em anexo, relação dos alunos com as classes a que os mesmos pertenceram. (OFÍCIO, 1943, julho, 30)

O monitoramento de funcionários estrangeiros era constante. Como demonstra a lista enviada à Superintendência, no intuito de que fossem tomadas as devidas providências.

<b>RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS ESTRANGEIROS EM 1939</b>				
<b>Nome</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Cargo</b>	<b>Nomeação</b>
<b>José Vetró</b>	Rizzioni, Província Reggio Calabria, Itália	16.06.1895	Mestre de Música	01.02.1934
<b>João Merlin</b>	Pozzonovo, Província Padova, Itália	22.10.1868	Mestre de Alfaiataria	01.02.1923
<b>Domingos Alberti</b>	San Remo, Província di Genova, Itália	16.10.1892	Impressor	02.01.1921
<b>Estela Branco</b>	Verin, Província de Orense, Espanha	08.12.1905	Cozinheira	01.01.1934
<b>José Martín Tavares</b>	La Lines de La Concepcion, Espanha	27.08.1904	Guarda Noturno	17.12.1932
<b>Herculano Augusto</b>	Povoa, Conselho de Viseu, Portugal	03.05.1879	Jardineiro	17.12.1931
<b>Manoel Simões</b>	Malhada, Freguesia de	1885	Servente	20.12.1925

	Espinhal, Portugal			
<b>Arthur Thomas Agria</b>	Figueiras do Vinho, Portugal	13.8.1994	Servente	26.01.1937
<b>Graciano Morales Rodrigues</b>	Cartagena, Província de Múrcia, Espanha	14.11.1884	Mestre de Tornearia	02.02.1934
<b>Miguel Nardella</b>	S. Marco in Lamis, Província di Foggia, Itália	06.09.1872	Mestre de Marcenaria	02.02.1934

Fonte: Centro de Memória da ETEC D. Escolástica Rosa - Ofícios Enviados, 1939

## Considerações Finais

No início de sua criação em 1908 o Instituto D. Escolástica Rosa, não recebia o reconhecimento da sociedade da época como Instituição de caráter de ensino profissional e, sim, filantrópico. O processo que culminou com a sua transição de administração estritamente privada para a Gestão Compartilhada com o Governo do Estado de São Paulo indica nitidamente as intervenções sofridas pelo ensino profissional.

As transformações pelas quais o país passou, do domínio de uma economia agroexportadora para a necessária industrialização, obrigam também o Governo paulista – então capital da indústria brasileira – a uma série de variações na legislação.

Dessa forma, notam-se, na instituição do novo Código de Educação do Governo paulista, as alterações feitas aos currículos para que estivessem de acordo com as necessidades de atendimento às exigências dos industriais, inclusive de racionalização. Novos perfis de alunos que passaram a freqüentar o Instituto D. Escolástica Rosa devem ser formados. Agora, não só atendendo menores em situação de vulnerabilidade social, mas também, uma parcela da sociedade para que pudesse inserir-se às mudanças que o mercado de trabalho requeria na cidade de Santos. Toda essa modificação foi capitaneada, em nível governamental, por homens como: Gustavo Capanema, Armando de Salles Oliveira, Fernando de Azevedo, Roberto Mange, que adequaram a legislação, a fim de atender interesses diversos. É bom lembrar que Santos foi e é uma cidade fundamentalmente comercial. A indústria é atividade econômica secundária à época. O seu operariado está mais ligado aos serviços subsidiários da economia cafeeira: construção, vida e manutenção do Porto; indústria da sacaria, ferrovia, construção civil etc.

No âmbito do Instituto D. Escolástica Rosa, a figura do professor, como gostava de ser chamado o diretor Pedro Crescenti, nos revela sua dinâmica particular de trabalho que conciliasse a escola, a sociedade organizada e o poder público local. Essa prática é percebida desde sua estada à frente da Escola Profissional de Ribeirão Preto. Melhorias para a escola foram conseguidas através da diplomacia que ele exercia nessas esferas.

Os caminhos percorridos por Pedro Crescenti até sua chegada à Santos fazem desvelar as dificuldades encontradas para se firmar na “carreira” do magistério público. As resistências encontradas, no início da organização da escola na cidade portuária, são apresentadas em inúmeros documentos.

Vários cursos formam o universo do Escolástica: Artes Gráficas (Tipografia, pautação e livros para escrituração), Carpintaria Naval, Marcenaria, Mecânica, Confecções e Corte, Roupas brancas, rendas e bordados, Flores aplicadas, Culinária, Datilografia, Estenografia e Correspondência comercial.

O curso de Corte e Costura nos revela um novo tipo de profissionalização feminina para a época, o que já vinha acontecendo há muito tempo na Europa. Foi possível identificar o perfil de alunas que freqüentavam esses cursos. Mulheres, cujas famílias possuíam poucos recursos, também buscavam, assim, sua inserção no mercado de trabalho, tanto no porto (costura de sacas de café), como nos inúmeros *ateliês* que se constituíram na região de Santos. Ou até mesmo, de famílias dos estratos mais abastados da cidade. Essas, em alguns casos, utilizavam seus conhecimentos adquiridos para atender também a população mais carente do entorno da escola, na prática da filantropia.

Na análise das normas – que foram redigidas nos primeiros anos do Estado Getulista e que tiveram implicações no período do balizamento histórico ficou constatado que algumas, de certa forma foram questionadas: como a equiparação de salários, que eram incompatíveis com os da capital, ou a falta de verbas para manutenção dos cursos de Mecânica e Carpintaria Naval e que posteriormente vieram a ser fechados. Já a Lei de Nacionalização, que ordenava a transferência dos alunos japoneses que freqüentavam os diversos cursos no Escolástica Rosa, foi seguida rigorosamente. Certamente pelo caráter belicoso do período.

As mudanças sofridas pelo ensino profissional no período dessa pesquisa, segundo vários autores, deram-se única e exclusivamente para atender à nova burguesia que se formava e que ocupava os principais cargos diretivos na esfera econômica do país.

## APÊNDICE I<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Autor: Wilson Dias da Silva - Fonte: Centro de Memória da ETEC D. Escolástica Rosa - Estatística, 1934-1946.



### TABELAS DOS CURSOS OFERECIDOS ENTRE 1935 A 1945

CURSOS TÉCNICO EM 1935		
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA	MISTA
Artes Gráficas (Tipografia, impressão, encadernação, pautação e livros brancos)	Confecções e Corte	Datilografia
Marcenaria	Roupas brancas rendas e bordados	Estenografia e correspondência
Mecânica	Flores e artes aplicadas. culinária	comercial

CURSOS TÉCNICO EM 1936		
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA	MISTA
Artes Gráficas (Tipografia, impressão, encadernação, pautação e livros brancos)	Confecções e Corte	Datilografia
Marcenaria	Flores e artes aplicadas.	Estenografia e correspondência
Mecânica	culinária	comercial

CURSOS TÉCNICO EM 1937		
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA	MISTA
Artes Gráficas (Tipografia, impressão, encadernação, pautação e livros brancos)	Confecções e Corte	Datilografia
Carpintaria Naval		
Marcenaria	Flores chapéus e artes aplicadas.	Estenografia e correspondência comercial
Mecânica		
Eletrotécnica	Arte culinária	
Desenho Industrial		

CURSOS TÉCNICO EM 1938		
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA	MISTA
Artes Gráficas (Tipografia, impressão, encadernação, pautação e livros brancos)	Confecções e Corte	Datilografia
Carpintaria Naval		
	Flores, Chapéus e artes aplicadas.	Estenografia e correspondência comercial
Eletrotécnica		
Marcenaria		
Mecânica	Arte culinária	

CURSOS TÉCNICO EM 1939		
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA	MISTA
Artes Gráficas (Tipografia, impressão, encadernação, pautação e livros brancos)	Confecções e Corte	Datilografia Estenografia
Carpintaria Naval	Roupas brancas rendas e bordados	Correspondência comercial
Desenho profissional	Flores, Chapéus e artes aplicadas.	Plástica e escultura
Eletrotécnica		
Marcenaria		
Mecânica	Arte culinária	

CURSOS TÉCNICO EM 1940		
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA	MISTA
Artes Gráficas (Tipografia, impressão, encadernação, pautação e livros brancos)	Confecções e Corte	Datilografia Estenografia
Carpintaria Naval	Roupas brancas rendas e bordados	Correspondência comercial
Desenho profissional	Flores, Chapéus e artes aplicadas.	Plástica e escultura
Eletrotécnica		
Marcenaria		
Mecânica	Arte culinária	

CURSOS TÉCNICO EM 1941		
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA	MISTA
Artes Gráficas (Tipografia, impressão, encadernação, pautação e livros brancos)	Confecções e Corte	Datilografia Estenografia
Carpintaria Naval	Roupas brancas rendas e bordados	Correspondência comercial
Desenho profissional	Flores, Chapéus e artes aplicadas.	Plástica e escultura
Eletrotécnica		
Marcenaria		
Mecânica	Arte culinária	

CURSOS TÉCNICO EM 1942		
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA	MISTA
Artes Gráficas (Tipografia, impressão, encadernação, pautação e livros brancos)	Confecções e Corte	Datilografia Estenografia
Carpintaria Naval	Roupas brancas rendas e bordados	Correspondência comercial
Desenho profissional	Flores, Chapéus e artes aplicadas.	Plástica e escultura
Eletrotécnica		
Marcenaria		
Mecânica Geral e Naval	Arte culinária	

CURSOS TÉCNICO EM 1943		
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA	MISTA
Artes Gráficas (Tipografia, impressão, encadernação, pautação e livros brancos)	Confecções e costura	Datilografia e Estenografia
Carpintaria Naval	Roupas brancas	Correspondência
Desenho profissional	rendas e bordados	comercial
Eletrotécnica	Flores, Chapéus e artes aplicadas.	Plástica e escultura
Marcenaria		
Mecânica, Máquinas e Instalações Elétricas	Arte culinária	

CURSOS TÉCNICO EM 1944		
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA	MISTA
Artes Gráficas (Tipografia, impressão, encadernação, pautação e livros brancos)	Corte e costura	Datilografia e Estenografia (curso em extinção)
Carpintaria	Plástica e escultura (em extinção)	Correspondência comercial
Desenho profissional		(Curso em extinção)
Eletrotécnica		
Marcenaria		
Mecânica Geral, Mecânica naval		Desenho profissional
Maquinas e instalações elétricas		
Escultura e plástica		

CURSOS TÉCNICO EM 1945		
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA	MISTA
Maquinas e Instalações Elétricas	Corte e costura	Artes Gráficas (Tipografia, impressão, encadernação, pautação e livros brancos)
Carpintaria		Desenho profissional
Eletrotécnica		
Marcenaria		
Mecânica Geral		
Mecânica Naval		

## APÊNDICE II<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Autor: Wilson Dias da Silva - Fonte: Centro de Memória da ETEC D. Escolástica Rosa - Estatística, 1934-1946.

## ESTATÍSTICA DO CURSO DE CORTE COSTURA

Corte e Costura (1934) Diurno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional	69		54	54
1º ano	28		17	17
2º ano	9		4	4
Total	106		75	75

Corte e Costura (1935) Diurno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional	24		11	11
1º ano	39	2	27	24
2º ano	10		8	8
Total	73	2	43	43

Corte e Costura (1935) Noturno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
1º ano	27		22	13
2º ano	38	3	29	15
Total	65	3	51	28



Corte e Costura (1936) Diurno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional	35	2	-----	22
1º ano	23		22	19
2º ano	21	3	29	17
3º ano	10			9
Total	89	5	73	67

Corte e Costura (1936) Noturno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional				
1º ano	39	4	31	23
2º ano	46	5	40	38
3º ano	18		17	16
Total	103	9	88	77

Corte e Costura (1937) Diurno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional	47	2	40	36
1º ano	31	1	28	28
2º ano	17	2	14	13
3º ano	18	1	17	17
Total	113	6	99	94

Corte e Costura (1937) Noturno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional				
1º ano	53	1	41	35
2º ano	41		31	29
3º ano	36	4	29	23
Total	130	5	101	87

Corte e Costura (1938) Diurno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional <sup>27</sup>				
1º ano	48	6	40	40
2º ano	28	2	28	28
3º ano	13	2	13	13
Total	89	10	81	81

Corte e Costura (1938) Noturno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional				
1º ano	66	3	56	56
2º ano	44	1	38	38
3º ano	33	6	28	28
Total	142	10	121	121

<sup>27</sup> A partir do ano de 1938, o Curso Vocacional ficou diluído com informações de outros cursos, portanto impossível de especificar as alunas somente do curso de corte costura.

Corte e Costura (1939) Diurno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluïram
Vocacional				
1º ano	23	1	23	23
2º ano	37	4	34	34
3º ano	27	2	27	27
Total	87	7	84	84

Corte e Costura (1939) Noturno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluïram
Vocacional				
1º ano	63	2	48	48
2º ano	53	3	39	39
3º ano	23		23	23
Total	139	5	110	110

Corte e Costura (1940) Diurno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluïram
Vocacional				
1º ano	30		28	28
2º ano	23	3	23	23
3º ano	32	3	30	30
Total		6		

Corte e Costura (1940) Noturno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluïram
Vocacional				
1º ano	63		51	48
2º ano	32		24	24
3º ano	36		35	33
Total	131		110	105
Corte e Costura (1941)	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluïram

Diurno				
Vocacional				
1º ano	42			39
2º ano	26			25
3º ano	21	1		21
Total	89	1		85

Corte e Costura (1941) Noturno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional				
1º ano	46	3	42	37
2º ano	47		43	39
3º ano	25		24	22
Total	118	3	109	98

Corte e Costura (1942) Diurno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional				
1º ano	42		37	36
2º ano	36		34	33
3º ano	26	1	26	25
Total	104		97	94

Corte e Costura (1942) Noturno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional				
1º ano	42	4	31	31
2º ano	37	3	32	31
3º ano	36		36	34
Total	115	7		96

Corte e Costura (1943)	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
------------------------	--------------	--------------	------------	------------

Diurno				
Vocacional	50	1	45	40
1º ano	56	2	51	48
2º ano	59	1	54	51
3º ano	40		38	38
Total	205	4	188	177

Corte e Costura (1943) Noturno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional				
1º ano	46		40	39
2º ano	56	1	47	39
3º ano				
Total	102	1	87	78

Corte e Costura (1944) Diurno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional	45	4	44	40
1º ano	40	1	36	33
2º ano	45		37	37
3º ano	49		48	48
Total	179	5	165	158

Corte e Costura (1944) Noturno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional				
1º ano	35		31	23
2º ano	49	1	48	47
3º ano				
Total	84	1	79	70

Corte e Costura (1945) Diurno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional	61	3	49	49
1º ano	40	2	35	35
2º ano	33		31	31
3º ano	35		34	34
Total	169	5	149	149

Corte e Costura (1945) Noturno	Matriculados	Estrangeiras	Freqüentes	Concluíram
Vocacional				
1º ano	47		35	35
2º ano	19	4	18	18
3º ano				
Total	66	4	53	53

**FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**  
**ARQUIVO DA ETEC D. ESCOLÁSTICA ROSA**

CONCEIÇÃO, Julio. **Instituto D. Escholástica Rosa**: monographia (1900-1908). São Paulo: Weiszflog Irmão, 1908.

COMUNICADO aos funcionários sobre o cumprimento dos horários estabelecidos na escola.

**AFER/DA/OE/07/1483**

**1935, janeiro, 31, Santos**

COMUNICADO ao Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo, Horácio Augusto da Silveira sobre o abandono de emprego de dois funcionários.

**AFER/DA/OE/07/1483**

**1935, janeiro, 25, Santos**

ESTATÍSTICA do ensino secundário, profissional e superior no Estado de São Paulo.

**AFER/SA/AA/ICE/1**

**1935 - 1946, Santos**

OFÍCIO do diretor ao Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo, Horácio Augusto da Silveira sobre as faltas das professoras de Economia Doméstica.

**AFER/DA/OE/07/1483**

**1935, julho, 24, Santos**

OFÍCIO do diretor ao Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo, Horácio Augusto da Silveira informando sobre questões logísticas para a organização da colônia de Férias.

**AFER/DA/OE/07/1483**

**1938, janeiro, 03, Santos,**

OFÍCIO do diretor ao gerente da Cia. City, solicitando passes para professores e alunos.

**AFER/DA/OE/07/1483**

**1934, janeiro, 04, Santos**

OFÍCIO do diretor ao Inspetor da Superintendência de Ensino Profissional, externado seu descontentamento com demora na liberação de verbas.

**AFER/DA/OE/07/1483**

**1942, janeiro, 15, Santos**

RELATÓRIO do diretor ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos justificando as dispensas de cinco alunos internos.

**AFER/DA/OE/1483**

**1934, dezembro, 13, Santos**

RELATÓRIO do diretor ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos com os nomes e o perfil dos alunos dispensados.

**AFER/DA/OE/1483**

**1934, dezembro, 24, Santos**

RELATÓRIO do diretor ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos relatando um panorama escolar por ocasião do encerramento do ano letivo.

**AFER/DA/OE/1483**

**1934, dezembro, 28, Santos**

RELATÓRIO do diretor ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos justificando as dispensas de cinco alunos internos.

**AFER/DA/OE/1483**

**1934, dezembro, 13, Santos**

RELATÓRIO do diretor ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos informando sobre o vencimento do prazo de permanência de alunos.

**AFER/DA/OE/1483**

**1935, janeiro, 23**

RELATÓRIO do diretor ao Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo, Horácio Augusto da Silveira informando sobre as realizações da escola naquele ano.

**AFER/DA/OE/1483**

**1937, fevereiro, 03, Santos**



RELATÓRIO do diretor ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos transmitindo informações sobre os alunos do internato e o número de vagas.

**AFER/DA/OE/1483**

**1940, janeiro, 04, Santos,**

RELATÓRIO do diretor ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos transmitindo informações sobre os alunos do internato.

**AFER/DA/OE/1483**

**1941, janeiro, 08, Santos,**

RELATÓRIO do diretor para Superintendência do Ensino Profissional, reivindicando equiparação dos vencimentos com as escolas da capital.

**AFER/DA/OE/1483**

**1941, agosto, 22, Santos**

RELATÓRIO do diretor ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos transmitindo informações sobre os alunos do internato.

**AFER/DA/OE/1483**

**1941, dezembro, 13, Santos,**

RELATÓRIO do diretor ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos transmitindo informações sobre os alunos do internato e o número de vagas.

**AFER/DA/OE/1483**

**1943, janeiro, 04, Santos,**

RELATÓRIO do diretor ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos sobre a situação escolar dos alunos internos.

**AFER/DA/OE/1483**

**1944, janeiro, 04, Santos,**

SECRETARIA Acadêmica. Lista de alunos antigos.

**AFER/AS/AA/LA/14700**

**1941 a 1952**

TESTAMENTO de João Octávio dos Santos. 12.12.1889, 1º Tabelião de Santos, Capitão Joaquim Fernandes Pacheco.

### ARQUIVO PESSOAL MARIA TEREZA CAYUBI CRESCENTI

DADOS biográficos e palavras textuais do professor Pedro Crescenti. Santos: [197?]. p. 5. Mimeografado.

WERIL, um jornal a serviço da música. São Paulo, p.2, jul.-ago. 1959.

### ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO

Fundo: Prefeitura Municipal  
Dossiê: Escola Industrial  
Pasta: 161  
Documentos: Pedro Crescenti

1933, setembro, 30, Ribeirão Preto, São Paulo  
SOLICITAÇÃO do diretor Pedro Crescenti à administração pública para a colocação de lâmpadas na Rua Capitão Salomão.

**APHRP – Ribeirão Preto, Escola Industrial, 1933.**

1934, março, 24, Ribeirão Preto, São Paulo  
COMUNICADO de Pedro Crescenti ao Prefeito Dr. Ricardo Guimarães Sobrinho para a representação da escola na Exposição: Feira Agro-Pecuária e Industrial do Triângulo Mineiro

**APHRP – Ribeirão Preto, Escola Industrial, 1934.**

1934, agosto, 07, Ribeirão Preto, São Paulo  
DESPEDIDA de Pedro Crescenti ao Prefeito Dr. Ricardo Guimarães Sobrinho sobre sua transferência para ao Instituto Profissional D. Escolástica Rosa em Santos.

**APHRP – Ribeirão Preto, Escola Industrial, 1934.**

### ARQUIVO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório do ano compromissal 1910 e 1911**, Santos: Typ. do Instituto D. Escolástica Rosa, 1912.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório do ano compromissal 1912 1913**, Santos: Typ. do Instituto D. Escolástica Rosa, 1914.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório do ano compromissal 1914 e 1915**, Santos: Typ. do Instituto D. Escolástica Rosa, 1916.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório do ano compromissal 1926 e 1927**, Santos: Typ. do Instituto D. Escolástica Rosa, 1928.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório do ano compromissal 1929 e 1930**, Santos: Typ. do Instituto D. Escolástica Rosa, 1931.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório do ano compromissal 1932 e 1933**, Santos: Typ. do Instituto D. Escolástica Rosa, 1934.

### **ENTREVISTAS**

BERNARDES, Maria Thereza Cayubi Crescenti. **Pedro Crescenti**: depoimento [mar. 2008]. Entrevistador: Wilson Dias da Silva. Santos: 2008. mp3. Entrevista concedida pela filha de Pedro Crescenti para elaboração da dissertação de Mestrado.

CRESCENTI, Mons. José Geraldo Cayubi. **Pedro Crescenti**: depoimento [abr. 2008]. Entrevistador: Wilson Dias da Silva. Santos: 2008. mp3. Entrevista concedida pelo filho de Pedro Crescenti para elaboração da dissertação de Mestrado

### **HEMEROTECA MUNICIPAL DE SANTOS “ROLDÃO MENDES ROSA”**

CLAMA, ne cesses. **A Tribuna**, Santos, 26 jul. 1917, Ensino Profissional, p.1.

DR. ARMANDO de Salles Oliveira: em caracter official, chegará hoje a Santos o interventos paulista. **A Tribuna**, 12 abr. 1934.

ESCOLAS normaes e escolas profissionais: menos phantasia e mais realidade. **A Tribuna**, 2 maio 1914, p.1.

HORROROSA catástrofe enluta a cidade. **A Tribuna**, 16 mar. 1928.

INAUGUROU-SE, hontem, em Santos, uma obra de grande valor social e caritativo. **A Tribuna**, 26 nov. 1936, p. 4.

O DR. ARMANDO de Salles Oliveira em Santos, **A Tribuna**, 13 abr. 1934, p. 4.

O RESOLVIDO e o prometido. **A Tribuna, Santos**, 25 out. 1917, Ensino Profissionais, p. 4.

PELA ORDEM social e pelo futuro da família. **A Tribuna**, 10 maio 1914, Institutos Profissionais, p. 1.

PELO FUTURO das creanças. **A Tribuna**, Santos, 11 jun. 1916, Ensino Profissionais, p.1.

SEMANA nacional da criança. **A Tribuna**, 15 out. 1938, p. 3.

### **LEGISLAÇÃO**

BRASIL. Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938, Lei de Nacionalização. **Diário Oficial da União**, 21 nov. 1938. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=348724&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>>>. Acesso em: 1ª fev. 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 868, de 18 de Novembro de 1938. Prevê a nacionalização do ensino e a extinção das escolas com vínculos estrangeiros. **Diário Oficial da União**, 21 nov.1938. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=350829&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>>>. Acesso em: 1º fev. 2010.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933. Institui Código de Educação do Estado de São Paulo. **Jornal do Estado**. 23 abr. 1933. Disponível em Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br>>. Acesso em : 31 jan. 2010.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 6.222, de 18 de dezembro de 1933. Cria a Escola Profissional Secundária Mixta D. Escolástica Rosa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. 19 dez. 1933. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2010.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 7.317, de 5 de julho de 1935. Autoriza um acordo entre o Estado e a Companhia Docas de Santos para desenvolvimento do ensino técnico-profissional visando atividades marítimas e portuárias. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. 07 jul.1935. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br>>. Acesso em : 31 jan. 2010.

SÃO PAULO (Estado). Decreto 11.812, 15 de janeiro de 1941. Introduz modificações na organização do ensino profissional. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. 17 jan.1941. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br>>. Acesso em : 31 jan. 2010.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ANDRADE, Wilma Terezinha Fernandes de. Santos: urbanismo na época do café (1889-1930). In: PEREIRA, Maria Aparecida Franco. (Org.). **Santos, café & história**. Santos: Leopoldianum, 1995. p. 89-106.

BERTHOUD, Solange Dacorso; CORTEZ, José Pinheiro. **Internato da Escolástica Rosa um projeto social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Católica de Santos, Santos, 1984.

CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): educação e história**. São Paulo: Unesp, 2009.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. A Reforma do ensino profissional de Fernando de Azevedo na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n.14, p.79-92, jan./abr. 2005.

CARVALHO, Rosiméri Maria de. Um imposto para instrução pública: o alvitre de A Tribuna (1915) e “municipalização” do ensino em Santos. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CORDÃO, F. A. A educação Profissional no Brasil. In: PUC/SP (Org.). **Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção educação contemporânea)

COSTA, Fabiana Santos. **Jovens Afro-brasileiros: expectativa sobre o Ensino Técnico e o mercado de trabalho de alunos da ETEC D. Escolástica Rosa**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2008.108p.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1981.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Brasileira: entre o taylorismo e a anarquia. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 10, p. 90–96, jan/abr, 1999.

\_\_\_\_\_. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo/Brasília: Editora da UNESP/FLACSO, 2000 a.

\_\_\_\_\_. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo/Brasília: Editora da UNESP/FLACSO, 2000 b.

\_\_\_\_\_. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo/Brasília: Editora da UNESP/FLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, p. 89-107, maio/ago. 2000 b.

DUBET, François. **O que é uma escola justa? : a escola das oportunidades.** São Paulo: Cortez, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlei Antônio; PAULILO, André Luiz; VIDAL, Diana Gonçalves. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p.139-160, jan./abr. 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2002.

FERNANDES, Sandra Faria. **O ensino técnico médio e a inserção dos jovens no mercado de trabalho: o (in)certo futuro.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2008.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Gráfica da Escola Técnica Nacional, 1961.

GARCIA, José Roberto. **A escola profissional mixta de Sorocaba: uma contribuição para o estudo de seus alunos e grade curricular (1929-1942).** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOMES, Dulcinéia de Oliveira. **O Instituto Escolástica Rosa: formando o mundo dos trabalhadores em Santos.** 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GONÇALVES, Paulo Celso Costa. **Formação do trabalhador e ensino profissional: a escola profissional masculina de Rio Claro.** 2001. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho:** um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 1, 2001, p. 9-44.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela: educação e trabalho das mulheres no século XX. In: THÉBAUD, Françoise (dir.). **História das mulheres:** século XX. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradir, 1995. p. 504-543.

LANA, Ana Lúcia Duarte. Santos 1870-1914: transformações urbanas e sociais. In: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (Coord.). **Habitação e cidade.** São Paulo: Fapesp, 1998. p. 67-82.

LARIZZATTI, Dóris Sather de Souza. **A luz dos olhos de um povo:** os projetos de educação do jornal O Estado de S. Paulo, 1920-1934. 1999. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LICEU de Artes e Ofícios de São Paulo: missão excelência. **Revista CREASP**, São Paulo, SP, p. 26-29, jan.-fev. 2004.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002

MARAN, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MATOS, Maria Izilda. **Trama e poder:** trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.



MATOS, Maria Izilda S.; SOLER Maria Angélica (orgs.). **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

MELLO, Gisele Homem de. **Expansão e estrutura urbana de Santos (SP): aspectos da periferização, da deterioração, da intervenção urbana, da verticalização e da sociabilidade**. 2008. (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MONTEIRO, Ana Paula; GROSSI, Andréa T. **Instituto Escolástica Rosa: revitalização**. (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos, Universidade Católica de Santos, 1988.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia. Faliveni. (Orgs.). **Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo : inventário de fontes documentais**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

\_\_\_\_\_. (Orgs.). **Escolas profissionais públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

\_\_\_\_\_. **A socialização da Força de Trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1973-1934)**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

\_\_\_\_\_. A normatização da pobreza: abandonadas e crianças infratoras. **Revista Brasileira de Educação, ANPED**. n. 15, p. 70-96, set/dez, 2000.

OLIVEIRA Jr., Waldemar. **A formação do professor para a Educação Profissional de nível médio: tensões e (in)tensões**. 2008. (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos: 127p.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Márcio José; SOARES FILHO, Paulo José. Restrições a imigrantes do eixo: os japoneses e os alemães na mira do Estado. XII Semana de História: saberes históricos e a sala de aula: diálogos, convergências e divergências, 9. **Anais...** Três Lagoas, 2009.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **Santos nos caminhos da educação popular (1870-1920)**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Júlio Conceição: um grande homem**. Santos: Leopoldianum, v. XVI, n. 47, p.13-23, 1995,

\_\_\_\_\_. (Org.). **Santos, café & história**. Santos: Leopoldianum. 1995.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil 1889-1930: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado**. São Paulo: Brasiliense, 1981. v. 2.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1939-1973**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2005

SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos**. São Paulo: Empreza Graphica das Revistas dos Tribunais, 1937. v. 1 e v. 2.

SCHPUM, Mônica Raisa (org.). **Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relação de gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: FGV/Paz e Terra, 2000.

SENNET, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2002.

SOHN, Ane-Marie. Entre duas guerras: os papéis femininos em França e na Inglaterra. In: THÉBAUD, Françoise (dir.). **História das mulheres: século XX**. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradir, 1995. p. 115-145.

SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. **Acervo: Revista do Arquivo do Nacional**. Rio de Janeiro, n. 1-2, p. 99 – 124, jan/dez, 1997.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: implantação da escola Primária Graduada no Estado de São Paulo**. São Paulo: Cortez e USF-IFAN. 1997. p. 61-87.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **Asilo de Órfãos de Santos: assistência à infância desvalida (1889-1914)**. 2006. (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos.

WEINSTEIN, B. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez, 2000.

XAVIER, L. N. e FREIRE, A. Educação e política na reforma da instrução pública do Distrito Federal (1927-1930). Congresso Brasileiro de História da Educação, 2. **Anais...** Natal: SBHE, 2002.

### **SITES ACESSADOS**

NO DEPARTAMENTO de educação: reunião dos professores que tomaram parte na elaboração do Código de Educação, assinado em 21 do corrente, pelo Sr, Interventor Federal. **Jornal do Estado**, São Paulo, 25 de abril de 1933, p.7, Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br>>. Acesso em: 8 jan. 2010.

ESCOLA PROFISSIONAL DE RIBEIRÃO PRETO. Disponível em: <http://www.industrialrp.com.br>. Acessado em: 25 out. 2009.

MATTOS JÚNIOR, Conrado. Cidade também foi precursora da República. **A Tribuna**, Santos, 26 de janeiro de 1939. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0103.htm>. Acessado em: 10/04/2009.

PILETTI, Nelson. **Fernando de Azevedo**. *Estudos. Avançados*. [online]. 1994, vol.8, n.22, pp. 181-184. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300016)>. Acesso em 13 jan. 2010

TRINDADE, Laércio. **Indicador santense**: anuário. Santos: Typ. da "Casa Rembrandt, 1912. Disponível em: <http://www.novomilênio.inf.br/santos/h013.htm>. Acessado em: 1º set. 2009.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945): educação, cultura e propaganda**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-5/EducacaoCulturaPropaganda>. Acesso em: 13 jan. 2010.